



Plano de Gestão de Logística Sustentável do Senado Federal (PGLS)

SENADO FEDERAL





PGLS

Plano de Gestão de Logística
Sustentável do Senado Federal



Plano de Gestão de Logística Sustentável do Senado Federal

Brasília - 2015

MESA

55ª Legislatura
2015-2016

PRESIDENTE

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Senador Jorge Viana (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Senador Zezé Perrela (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

4º SECRETÁRIA

Senadora Ângela Portela (PT-RR)

1º SUPLENTE

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º SUPLENTE

Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º SUPLENTE

Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º SUPLENTE

Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

SECRETÁRIO-GERAL DA MESA
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

DIRETORA- GERAL
Ilana Trombka

DIRETOR-GERAL ADJUNTO DE GESTÃO
Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago

DIRETOR-GERAL ADJUNTO DE CONTRATAÇÕES
Humberto Lucena Pereira da Fonseca

**GESTORA DO NÚCLEO DE COORDENAÇÃO DE
AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS**
Andréa Góes Bakaj Rezende

COMISSÃO GESTORA DO PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
(PORTARIA DA DIRETORIA-GERAL Nº 3053, de 2015)

TITULARES

ANDRÉA GÓES BAKAJ REZENDE
Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais

JOAQUIM MAIA NETO
Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais

RÔMULO FULGONI BRANCO
Secretaria de Patrimônio

MARCOS KLÉBER RIBEIRO FÉLIX
Secretaria de Infraestrutura

MARCELO SILVA CUNHA
Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica

DEOMAR ROSADO
Secretaria de Tecnologia da Informação Prodasen

PÉRSIO HENRIQUE BARROSO
Secretaria Geral da Mesa

FABRÍCIO FERRÃO ARAÚJO
Secretaria de Editoração e Publicações

SUPLENTES

FERNANDA CAMPELLO
Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais

DANIELLE ABUD PEREIRA
Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais

LARISSA FERREIRA SOARES ALMEIDA
Secretaria de Patrimônio

SIDNEY VIEIRA CARVALHO
Secretaria de Infraestrutura

MARCUS VINÍCIUS DA SILVA AMARAL
Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica

PATRÍCIA ARAÚJO DA CUNHA
Secretaria de Tecnologia da Informação Prodasen

JULIANA CAROLINA SANTOS MARTINS
Secretaria Geral da Mesa

JANETE MAIA DOS SANTOS
Secretaria de Editoração e Publicações

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1. INTRODUÇÃO	8
2. OBJETIVOS	11
3. TEMAS ABORDADOS	12
TEMA 1 – MATERIAL DE CONSUMO	12
TEMA 2 – SERVIÇOS DE IMPRESSÃO	13
TEMA 3 – ENERGIA ELÉTRICA	14
TEMA 4 – ÁGUA E ESGOTO	14
TEMA 5 – GESTÃO DE RESÍDUOS	15
TEMA 6 – QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO	15
TEMA 7 – COMPRAS E CONTRATAÇÕES	16
TEMA 8 – DESLOCAMENTO DE PESSOAL	16
TEMA 9 – ARBORIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES	17
TEMA 10 – SERVIÇOS GRÁFICOS	18
TEMA 11 – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	18
4. METODOLOGIA	19
5. PLANOS DE AÇÃO	21
6. AÇÕES DE DIVULGAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO	121
ANEXO 1	123
ANEXO 2 - RELATÓRIO DE BENS E MATERIAIS - INVENTÁRIO 2015	128

APRESENTAÇÃO

O Plano de Gestão de Logística Sustentável – PGLS, do Senado Federal é uma ferramenta de planejamento que possibilitará estabelecer práticas de sustentabilidade e de racionalização dos gastos institucionais e dos processos administrativos, caracterizando uma agenda estruturante para uma atuação socioambientalmente correta.

Criado em consonância com o Ato da Diretoria-Geral do Senado Federal nº 24, de 2014, o Plano foi elaborado pela Comissão Gestora do PGLS, instituída por meio da Portaria nº 3295, de 2014, e consolidado através das propostas formuladas por diversas áreas da Casa, em um documento que reflete novos padrões de sustentabilidade para administração pública.

O PGLS abrange o inventário de bens e onze planos de ação temáticos que irão contribuir, por meio de sua capacidade indutora, para promover as mudanças necessárias a uma gestão mais eficiente e comprometida com a devida atenção às questões ambientais. Concluída a sua elaboração, o Plano entrará em fase de execução e será acompanhado continuamente por meio do monitoramento, divulgação de resultados e publicação de relatórios anuais.

Consideramos que a partir das diretrizes e ações estabelecidas no Plano de Gestão de Logística Sustentável, o Senado Federal estabelecerá, com o conjunto dos seus servidores, uma nova cultura institucional, na qual o compromisso de cada um irá fortalecer uma gestão mais transparente, com maior legitimidade e comprometida com um meio ambiente e com a qualidade de vida. Este plano consolida uma política unificada de sustentabilidade construída de forma coletiva, na qual os resultados de sua implantação dependem do compromisso de cada um de nós.

1. INTRODUÇÃO

As políticas convencionais de desenvolvimento têm afetado o meio ambiente de maneira significativa. Tornaram-se comuns problemas ambientais como lixo espalhado nas cidades e corpos hídricos, desmatamento, acidentes químicos, poluição, contaminação por agrotóxicos, destruição de mangues, derramamento de petróleo, entre outros. Vivemos em uma sociedade urbanizada e industrial que prioriza o automóvel como meio de transporte, polui a atmosfera, produz muito lixo, queima combustíveis fósseis para produzir energia suja e contamina os alimentos, as pessoas e o ambiente com centenas de substâncias químicas tóxicas.

Nas últimas três décadas, em todo o mundo, diversos atores sociais têm promovido esforços para associar as agendas de desenvolvimento e meio ambiente. A Rio-92 consolidou o conceito de desenvolvimento sustentável, firmado no tripé social, ambiental e econômico, que se tornou um princípio cada vez mais difundido no direito ambiental e que vem ganhando espaço na política, nas atividades econômicas e no poder público. A sustentabilidade é uma exigência urgente no atual cenário de crise ambiental, cuja face mais evidente e preocupante é a das mudanças climáticas, causadas pelo aquecimento do planeta, com suas consequências para a estabilidade da vida na Terra. A ciência tem demonstrado a profunda associação entre os danos ambientais mais evidentes e problemas maiores e mais complexos que afetam até mesmo a economia, como a desertificação, o aumento na concentração de gases do efeito estufa na atmosfera, a drástica redução dos estoques pesqueiros e o crescimento exorbitante das taxas de extinção de espécies.

Qualquer atividade humana deve buscar o máximo de sustentabilidade, contemplando aspectos ambientais, econômicos, sociais, culturais e educacionais, de forma a garantir que o uso atual dos recursos naturais e dos serviços ambientais não comprometa o direito das futuras

gerações de usufruir desses recursos e serviços com, no mínimo, a mesma qualidade disponível para a nossa geração.

As práticas e ações voltadas ao uso racional dos recursos naturais, além de ajudarem na proteção do meio ambiente, podem ser uma oportunidade de redução de custos. Nos órgãos públicos há grande margem para a implantação de ações nesse sentido e esse tipo de investimento pode ser pago, pelo menos parcialmente, com a economia de energia, de água e de outros insumos. Há, no entanto, algumas resistências econômicas em avançar na sustentabilidade dentro do poder público. Produtos e serviços sustentáveis podem ser aparentemente mais caros que os produtos convencionais e há certo receio de que gestores sejam questionados por órgãos de controle por comprar produtos mais caros. Porém, o menor custo de produtos convencionais é apenas aparente. Na realidade o que se observa é a não consideração das externalidades nos custos, ou seja, a não contabilização de impactos socioambientais negativos nos preços dos produtos e serviços. O que custa mais barato hoje ao Estado, amanhã faz com que o próprio Estado tenha que gastar muito mais recursos para remediar os impactos negativos de uma opção passada aparentemente menos onerosa.

O Estado desempenha papel de destaque na economia enquanto grande consumidor de recursos naturais, bens e serviços, tanto na sua atividade finalística como nas atividades meio. As ações estatais muitas vezes provocam, direta ou indiretamente, impactos socioambientais negativos. Além de dar exemplo como bom utilizador dos recursos naturais, o poder público deve fomentar práticas sustentáveis no mercado, como o aumento na eficiência energética, o uso de energia renovável e a adoção de tecnologia “verde”. Apesar da tendência natural das empresas em inovar, é necessário que o Estado incentive o mercado e opere parcerias voltadas à sustentabilidade. As tecnologias sustentáveis podem ser caras e, portanto, as ações estatais que

promovam investimentos são fundamentais. Estima-se que as compras públicas representem, no Brasil, entre 10 a 15% do PIB. Assim, uma das formas de incentivar investimentos em tecnologias e práticas sustentáveis é utilizar a capacidade de compra e contratação do Estado na aquisição de produtos e contratação de serviços que utilizem essas tecnologias e que promovam práticas ambientalmente corretas, ou seja, promover a chamada Economia Verde.

Como um dos elementos do desenvolvimento sustentável, a economia verde deve ser inclusiva, de modo a promover os direitos humanos, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades. Assim, o Estado tem a obrigação de conciliar as ações de economia de recursos naturais e de práticas menos agressivas ao meio ambiente, com ações que promovam o desenvolvimento local e a geração de renda para comunidades economicamente vulneráveis, incorporando em suas rotinas administrativas a preocupação socioambiental. Essa prática já vem sendo adotada nas agendas corporativas de muitas instituições privadas como conceito central nos processos produtivos e na relação com a sociedade e com os consumidores. Em algumas situações, porém, observamos que a sustentabilidade fica apenas no discurso e na publicidade, sem que políticas ou ações efetivas sejam implementadas, o que vem sendo chamado de “*greenwashing*” (lavagem verde ou maquiagem verde).

Ao elaborar o seu PGLS, o Senado Federal reforça o seu compromisso com a sustentabilidade e procura implementar ações efetivas para contribuir, em sua esfera de atuação, com os esforços globais voltados à reversão do atual quadro de crise ambiental, cumprindo assim o seu papel de agente estatal indutor de mudanças comportamentais, políticas e econômicas que possam garantir um futuro seguro a toda a vida do planeta.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

Promover o uso racional de recursos naturais e financeiros, a proteção ambiental, a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável na execução das atividades do Senado Federal.

2.2. Objetivos Específicos

- Aperfeiçoar continuamente a qualidade do gasto público;
- Construir uma matriz de ações que norteiem a implantação de práticas de sustentabilidade;
- Mitigar o impacto ambiental causado pelas atividades do Senado Federal;
- Utilizar o poder de compra do Senado Federal junto ao mercado para contribuir com toda a Administração Pública no fomento de práticas e processos mais sustentáveis;
- Melhorar a qualidade de vida dos servidores do Senado Federal;
- Promover a Educação Ambiental.

3. TEMAS ABORDADOS

Os temas escolhidos para a elaboração dos planos de ação que compõem este Plano de Gestão de Logística Sustentável foram determinados pelo art. 8º do Ato da Diretoria-Geral nº 24, de 2014, acrescidos de mais três temas que a Comissão Gestora entendeu que são importantes para o Senado. Os temas acrescentados pela Comissão são os de números 9 a 11 (Arborização e Manutenção de Áreas Verdes, Serviços Gráficos e Tecnologia da Informação).

TEMA 1 – MATERIAL DE CONSUMO

O plano de ação para materiais de consumo compreende apenas dois insumos muito utilizados no Senado Federal: copos descartáveis e papel A4. O plano visa contribuir para uma gestão mais sustentável dos materiais sob a premissa da diminuição e substituição gradativa dos copos plásticos por copos biodegradáveis, uso consciente do papel A4, maior controle patrimonial e economia de recursos financeiros.

O Poder Público é um grande consumidor de papel e, portanto, deve assumir uma posição de liderança, servindo de exemplo para a sociedade de como se pode reduzir o consumo desse insumo. Além disso, quando o consumo for inevitável, é importante promover ações para que o papel consumido cause menos impacto ambiental, seja por meio da reciclagem ou pela aquisição de produtos com comprovada origem florestal responsável.

O papel é um instrumento que, nos dias atuais, não pode ainda ser totalmente suprimido. Porém, seu consumo pode ser drasticamente reduzido e o Senado já promove ações que levarão a uma grande redução do consumo de papel A4, como, por exemplo, a implantação do processo administrativo eletrônico, a impressão de documentos no modo frente e verso e a substituição e padronização do parque de impressão, em razão de eficiência.

Quanto aos copos descartáveis, assim como no caso do papel, o Senado é um grande consumidor e conseqüentemente um grande gerador desse tipo de resíduo, tendo em vista o grande número de servidores e o grande público externo que transita diariamente pela Casa.

Os efeitos do consumo de plástico para o meio ambiente podem ser devastadores. Cada unidade de copo descartável de plástico demora cerca de 100 anos para se decompor, sendo o plástico um dos principais poluentes no contexto atual. A ideia

é reduzir ao máximo o consumo de copos descartáveis, substituindo, sempre que possível, o seu uso por copos ou xícaras que possam ser reutilizados. Quando o consumo de copos descartáveis for inevitável, devem ser utilizados copos confeccionados em material biodegradável.

Atualmente o Senado já implementa importantes ações para reduzir o impacto do consumo de copos descartáveis, como a redução na distribuição do material, a implantação do Sistema de Gestão de Patrimônio e almoxarifado, o levantamento dos setores que mais utilizam copos descartáveis e o estímulo ao uso de copos não descartáveis.

TEMA 2 – SERVIÇOS DE IMPRESSÃO

Apesar dos avanços obtidos nos últimos três anos, com a redução no consumo de papel A4 pelo Senado Federal, ainda há espaço para implementar ações e diminuir ainda mais o consumo deste tipo de suprimento. Com a entrada do processo eletrônico é muito grande a probabilidade de que o índice de ociosidade de impressoras cresça de modo significativo e, com isso deverão ser realizados remanejamentos e a consequente redução do contrato em vigor. Todas as áreas do Senado Federal serão afetadas por este plano e direta ou indiretamente estarão envolvidas na realização das ações para o cumprimento das metas e dos indicadores definidos no PGLS.

O Senado implantou a solução de *outsourcing* de impressão por meio da Secretaria de Tecnologia da Informação PRODASEN – PRDSTI, o que colaborou significativamente na redução do consumo de papel A4. Com o modelo *outsourcing* 483 impressoras próprias serão desativadas quando do término do estoque de suprimentos e agora o Senado paga um valor fixo pelo aluguel dos equipamentos, incluindo a manutenção e o fornecimento dos suprimentos. Essa modalidade contribuiu de forma significativa para extinguir as chamadas impressoras de conforto e implantar as impressoras corporativas. Nesse sentido, vale destacar que com essa iniciativa é possível monitorar o consumo setorial de forma individualizada permitindo atuar pontualmente, alertando e orientando usuários para uso e consumo correto dos recursos. Outro aspecto a ser considerado diz respeito à mudança de procedimentos quanto à impressão de documentos legislativos, adotada pela Secretaria Geral da Mesa – SGM em agosto

de 2014. Os referidos documentos deixaram de ser impressos e passaram a ficar disponíveis na forma eletrônica. Esse processo representa um marco na mudança de postura e comprometimento com as questões ambientais e com a economia de recursos públicos.

TEMA 3 – ENERGIA ELÉTRICA

A conservação e o uso racional da energia deve ser uma das prioridades entre as ações de sustentabilidade do poder público, sobretudo no atual contexto de crise hídrica, que impacta consideravelmente a geração de energia elétrica no Brasil, dado o predomínio da geração hidrelétrica. O aumento do percentual de geração térmica a partir de combustíveis fósseis, que é mais poluente e agravadora do efeito estufa, obriga o Estado a dar exemplo na redução de consumo, uma vez que ganhos em eficiência energética têm impactos diretos na redução de emissão de gases do efeito estufa.

O Plano de Ação para este eixo temático propõe medidas que visam à exigência de etiquetagem de eficiência energética e à adequação de projetos de reforma e construções aos padrões de sustentabilidade exigidos para a administração pública. Dessa forma, a implementação dessas ações irá contribuir para a redução do consumo de energia elétrica e para economia de recursos públicos.

TEMA 4 – ÁGUA E ESGOTO

O Senado Federal desenvolve ações para garantir o uso racional da água e pretende aprimorar cada vez mais a racionalização desse recurso, não só por meio da aplicação de soluções mais econômicas, como também pela sensibilização dos servidores e colaboradores, em especial, da equipe de limpeza e conservação das instalações. Os efluentes também merecem atenção especial, dadas as peculiaridades das atividades desenvolvidas e ao volume gerado dentro do complexo. Assim, o Plano de Ação desenvolvido para esse eixo temático visa sensibilizar os servidores e usuários quanto a importância de se conservar os recursos naturais, em especial a água, evitar ao máximo o desperdício, reduzir os gastos com esse item de despesa, bem como adotar soluções tecnológicas voltadas à redução do consumo.

TEMA 5 – GESTÃO DE RESÍDUOS

A separação dos resíduos sólidos comuns no Senado Federal ainda apresenta muitas falhas. Existe um termo de compromisso firmado para destinação dos resíduos a uma associação de catadores, porém a operacionalização desse termo não tem sido eficaz, por falta de capacidade operacional da associação e deficiências na separação dos resíduos por parte do Senado. É necessário um conjunto de ações vigorosas no sentido de retomar a coleta seletiva, como aquisição de lixeiras adequadas quanto ao porte e padronizadas com as cores universais. Também é necessária uma capacitação dos prestadores de serviços de limpeza, com orientações sobre o ciclo de reciclagem do papel, o correto manejo dos materiais recicláveis, os cuidados com a saúde, além de vídeos de incentivo a atitudes sustentáveis e ao trabalho em grupo. Os restaurantes também devem ser envolvidos, pois atualmente têm o seu manejo de resíduos independente e inadequado, sem treinamento nem procedimentos, misturando todos os materiais. O Plano de Ação desenvolvido para esse eixo temático contempla a prevenção e a redução da geração de resíduos e a prática da coleta seletiva, com foco na redução dos impactos sobre o meio ambiente e também na geração de renda e na melhoria da qualidade de vida dos catadores. As metas estabelecidas contribuem para impor desafios cada vez maiores que nos permitam garantir a gestão adequada dos resíduos, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

TEMA 6 – QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO

As organizações devem buscar permanentemente uma melhor qualidade de vida no trabalho executando ações para o desenvolvimento pessoal e profissional de seus colaboradores. Para tanto, as instituições públicas devem formular e implantar programas específicos que aumentem o grau de satisfação das pessoas com o ambiente de trabalho e que promovam a melhoria das condições ambientais gerais, a saúde, a segurança, a integração social e o desenvolvimento das capacidades humanas. O Plano de Ação está alicerçado em medidas que

possibilitem compreender as necessidades dos servidores do Senado no trabalho e na vida e que promovam a integração entre seus servidores, garantindo melhorias na relação de trabalho, estímulo ao bom desempenho e aumento da produtividade.

TEMA 7 – COMPRAS E CONTRATAÇÕES

As compras e contratações no Senado Federal devem concretizar mudanças nos padrões de aquisição de bens e materiais e de contratação de serviços pelo poder público. A adoção de critérios sustentáveis consiste na integração de aspectos ambientais nos estágios do processo de contratação, com o intuito de priorizar produtos produzidos com responsabilidade socioambiental. As contratações, sejam elas decorrentes de licitação, inexigibilidade ou executadas de forma direta, devem promover o consumo mais sustentável, de modo que as ações administrativas e legislativas não sejam predatórias aos recursos naturais e ao meio ambiente. Cabe à autoridade pública refletir sobre o que ela contrata atualmente e verificar quais as melhorias que podem ser implementadas para trazer efeitos ambientais e econômicos positivos.

Sempre que possível, as contratações devem levar em consideração a análise do ciclo de vida dos produtos, a valoração ambiental dos recursos naturais e as alternativas tecnológicas com menor impacto ambiental negativo. Isso implicará a exigência de pré-requisitos de sustentabilidade, como por exemplo, a utilização de produtos reciclados, a ausência de substâncias danosas ao meio ambiente, a qualidade, a durabilidade e a gestão dos resíduos após o final do ciclo de vida.

TEMA 8 – DESLOCAMENTO DE PESSOAL

A maioria das grandes cidades brasileiras possui um sistema de mobilidade deficiente e em Brasília essa realidade não é diferente. Há muitos problemas, como congestionamentos constantes, escassez de calçadas regulares e ciclovias, limitações para a acessibilidade de pessoas com deficiência, além de carência e precariedade do transporte público, especialmente nos horários de pico.

Apesar de não haver um levantamento sobre o assunto, é notório que a grande maioria dos servidores do Senado se desloca até o trabalho utilizando automóvel particular, com apenas o próprio condutor em seu interior.

O Senado já desenvolve ações de promoção da mobilidade sustentável, como instalação de infraestrutura de apoio ao ciclista e reserva de vagas nos estacionamentos para carona solidária.

O Plano de Ação para esse eixo temático visa desincentivar o uso de automóveis, estimular meios de transporte coletivos ou não motorizados e promover a racionalização do deslocamento dos servidores do Senado, seja em atividades de trabalho ou particulares, contribuindo assim para a redução de gases de efeito estufa e para a melhoria da qualidade de vida.

TEMA 9 – ARBORIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES

O complexo do Senado Federal possui ampla área arborizada, jardins e gramados. A arborização e a manutenção das áreas verdes visam qualificar o espaço para amenizar a temperatura local, reduzir ruídos, proporcionar sombreamento e beleza paisagística, além de sensibilizar os servidores para a importância dos espaços verdes no contexto urbano, principalmente na influência sobre o microclima. O Plano de Gestão para esse eixo temático prevê a compensação de emissões de Carbono geradas pela Casa, a adoção de práticas mais sustentáveis na manutenção das áreas verdes, o aproveitamento dos resíduos orgânicos, a produção de plantas ornamentais para uso no Senado e a produção de mudas arbóreas para o cumprimento das obrigações e execução de projetos ambientais. O viveiro do Senado é um importante exemplo de construção sustentável e desempenha papel relevante na promoção das condições necessárias para o desenvolvimento das ações previstas neste Plano, além de possibilitar iniciativas de educação ambiental para o público interno e externo.

TEMA 10 – SERVIÇOS GRÁFICOS

O Senado Federal possui, em sua estrutura, um importante parque gráfico para atendimento das suas necessidades. Ao longo dos anos a Gráfica do Senado vem adotando práticas que se coadunam com os compromissos de sustentabilidade assumidos pela Casa, como, por exemplo, a adoção de tecnologias digitais, a substituição do maquinário por equipamento mais eficiente, a redução no consumo de insumos tóxicos, o uso de papel reciclado e a destinação de resíduos para a indústria de reciclagem. O Plano de Gestão de Logística Sustentável aplicado aos serviços gráficos possibilitará entre outras medidas, a melhoria na gestão dos resíduos gráficos utilizados na produção, o aprimoramento na separação do lixo, a implantação de um sistema de logística reversa nos processos de contratação e a ampliação da tecnologia digital utilizada.

TEMA 11 – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O desenvolvimento de ferramentas de tecnologia da informação pode contribuir substancialmente na conservação do meio ambiente, na medida em que essas ferramentas permitem gerenciar racionalmente o uso dos recursos naturais, economizar insumos, como papel, e reduzir a necessidade de deslocamentos. No entanto, os equipamentos consomem muita energia no processamento e na refrigeração e contém, em sua composição, produtos nocivos ao meio ambiente. Além disso, a obsolescência desses equipamentos é muito rápida e a destinação dos resíduos gerados ao final do seu ciclo de vida ainda é um grande problema. O Plano de Ação para TI, constante do PGLS do Senado, adota o conceito de TI Verde, desenvolvido para promover a sustentabilidade por meio da redução dos impactos tecnológicos no meio ambiente. O conjunto de ações previstas para esse eixo temático visa à redução do consumo de energia por meio da aquisição de equipamentos mais eficientes, bem como a redução da contaminação ambiental causada pelo descarte desses equipamentos.

4. METODOLOGIA

A elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável do Senado Federal foi tratada na Casa como um projeto estratégico, gerenciado por meio do Sistema de Gestão Estratégica e Projetos. A metodologia de elaboração adotada foi amplamente participativa, como o envolvimento de muitas áreas. A Figura 1 ilustra o fluxograma do PGLS com as grandes etapas que contemplam a sua elaboração e execução.

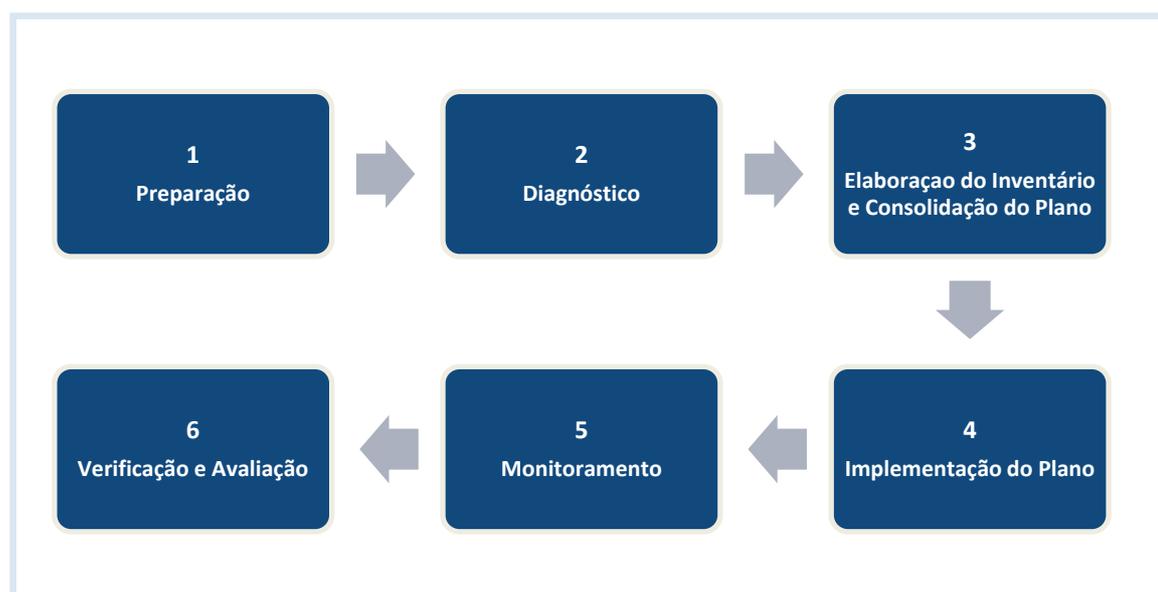


Figura 1 – Fluxograma do PGLS

A fase de preparação envolveu o *benchmarking* de planos de logística sustentável de outros órgãos, o estudo de ações de referência em logística sustentável na administração pública, a elaboração do Ato de Diretoria-Geral que estabeleceu as diretrizes para a construção do Plano, a designação da Comissão Gestora e a elaboração do Termo de Abertura do Projeto, documento gerencial que determinou os produtos e os prazos de entrega sob a responsabilidade de cada área envolvida na elaboração do Plano.

Na fase de diagnóstico cada área fez a prospecção da situação de cada tema previamente determinado pelo Ato da Diretoria-Geral, com enfoque na sustentabilidade, e estudou as potenciais ações que poderiam ser inseridas nos planos de ação temáticos. Além disso, a Comissão Gestora verificou a pertinência da inclusão de novos temas.

A terceira fase foi a etapa de elaboração do inventário e de consolidação do Plano. Para a elaboração do documento que consolida o Plano foram realizadas reuniões temáticas semanais, com datas coincidentes com as datas de entrega previstas no Termo de Abertura do Projeto. Em cada uma dessas reuniões, as propostas de planos de ação temáticos foram apresentadas individualmente pelas áreas responsáveis pela sua elaboração. As apresentações foram seguidas de discussão na Comissão Gestora, com apresentação de sugestões e aprovação de cada plano de ação temático. Para cada plano temático foi estabelecido um conjunto de ações, cada uma com detalhamento dos objetivos, relação das unidades envolvidas, designação da unidade responsável, metas a serem alcançadas, prazos de execução e indicadores de desempenho. O documento final foi validado pela comissão gestora e submetido à aprovação da Diretoria-Geral do Senado.

Após a aprovação do Plano, será dada ampla divulgação ao seu conteúdo e será iniciada a etapa de execução, que consiste na implementação das ações aprovadas em cada plano temático. Imediatamente antes do início da execução, cada área responsável por planos de ação temáticos deverá encaminhar à comissão gestora os dados necessários à verificação do “marco zero” de cada ação proposta, como por exemplo, dados atualizados de consumo de água, energia e materiais. O monitoramento é concomitante à execução e consiste basicamente no acompanhamento do desenvolvimento das ações, com foco no alcance das metas estabelecidas. A etapa de monitoramento permitirá pequenos ajustes nas ações quando isso for viável e necessário para o cumprimento das metas. Finalmente, a verificação e avaliação serão realizadas anualmente, mediante a elaboração de relatório que apontará o desempenho de cada ação, com base no cumprimento das metas, aferido com o uso dos indicadores previamente estabelecidos.

A Comissão Gestora, responsável pela elaboração do Plano, é também a responsável pelo seu monitoramento, verificação e avaliação, em conjunto com o Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais da Diretoria-Geral Adjunta de Gestão. A implementação do Plano é de responsabilidade das áreas técnicas responsáveis por cada plano de ação temático. O Plano de Gestão de Logística Sustentável tem abrangência em todo o Senado Federal.

5. PLANOS DE AÇÃO

TEMA 1 – MATERIAL DE CONSUMO

TEMA 1. PLANO DE AÇÃO PARA MATERIAL DE CONSUMO

AÇÕES

- 1. INSERÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NA AQUISIÇÃO DE PAPEL**
- 2. SUBSTITUIÇÃO PARCIAL DO PAPEL BRANCO POR PAPEL RECICLADO**
- 3. SUBSTITUIÇÃO DOS COPOS DESCARTÁVEIS DE PLÁSTICO POR COPOS BIODEGRADÁVEIS**
- 4. REDUÇÃO NA AQUISIÇÃO DE COPOS DESCARTÁVEIS**
- 5. REDUÇÃO NA DISPONIBILIZAÇÃO DE COPOS DESCARTÁVEIS**
- 6. INSTALAÇÃO DE BEBEDOUROS DE PRESSÃO NAS ÁREAS DE CIRCULAÇÃO/VISITAÇÃO/SALAS DE COMISSÕES DO SENADO FEDERAL**

TEMA 1. PLANO DE AÇÃO PARA MATERIAL DE CONSUMO

AÇÃO 1. INSERÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NA AQUISIÇÃO DE PAPEL

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Elaboração de termos de referência para compra de papel contendo a exigência de certificação florestal e, no caso de papel branco, de processo de branqueamento que não utilize cloro elementar	
OBJETIVOS	Reduzir o impacto ambiental causado pelo consumo de papel	
UNIDADES ENVOLVIDAS	SPATR	
UNIDADE RESPONSÁVEL	SPATR	
META A SER ALCANÇADA	100% do papel branco adquirido a partir da aprovação deste Plano	
PRAZO	12 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
1.1.1 Percentual de papel adquirido com critérios de sustentabilidade	$PPS = TPS/TPA \times 100$ PPS = percentual de papel adquirido com critérios de sustentabilidade TPS = total de papel adquirido com critérios de sustentabilidade TPA = total de papel adquirido	Anual

TEMA 1. PLANO DE AÇÃO PARA MATERIAL DE CONSUMO

AÇÃO 2. SUBSTITUIÇÃO PARCIAL DO PAPEL BRANCO POR PAPEL RECICLADO

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Adquirir de forma progressiva papel reciclado em detrimento do papel branco	
OBJETIVOS	Utilizar o insumo de origem reciclada, o que acarreta em redução do corte de árvores e promove uso eficiente de papel descartado	
UNIDADES ENVOLVIDAS	COARQ/ PRDSTI /SPATR	
UNIDADE RESPONSÁVEL	SPATR	
META A SER ALCANÇADA	15% do total de papel adquirido	
PRAZO	12 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
1.2.1 Percentual de Papel Reciclado	$PPR = \frac{TPR}{TPA} \times 100$ PPR = percentual de papel reciclado TPR = total de papel reciclado TPA = total de papel adquirido	Anual

TEMA 1. PLANO DE AÇÃO PARA MATERIAL DE CONSUMO**AÇÃO 3. SUBSTITUIÇÃO DOS COPOS DESCARTÁVEIS DE PLÁSTICO POR COPOS BIODEGRADÁVEIS**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Elaboração de termo de referência para aquisição de copos biodegradáveis; Publicação do edital de licitação; Efetivação da compra.	
OBJETIVOS	Reduzir a quantidade de resíduos de material plástico considerando o longo tempo de degradação	
UNIDADES ENVOLVIDAS	SPATR NCAS	
UNIDADE RESPONSÁVEL	SPATR	
META A SER ALCANÇADA	100%	
PRAZO	12 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
1.3.1 Percentual de copos biodegradáveis adquiridos pelo Senado Federal	$PCP = TCP / TCD \times 100$ PCP = percentual de copos biodegradáveis adquiridos pelo Senado Federal TCP = total de copos biodegradáveis adquiridos pelo SF TCD = total de copos descartáveis adquiridos pelo SF	Anual

TEMA 1. PLANO DE AÇÃO PARA MATERIAL DE CONSUMO**AÇÃO 4. REDUÇÃO NA AQUISIÇÃO DE COPOS DESCARTÁVEIS**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Redução do quantitativo constante nos Termos de Referência em relação ao consumo do ano anterior	
OBJETIVOS	Reduzir a quantidade de resíduos produzidos pelo Senado Federal	
UNIDADES ENVOLVIDAS	SPATR	
UNIDADE RESPONSÁVEL	SPATR	
META A SER ALCANÇADA	25% em relação ao consumo de 2014	
PRAZO	12 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
1.4.1 Percentual de redução na aquisição de copos descartáveis em relação a 2014	$PRC = (1 - TCD_{T1} / TCD_{T0}) \times 100$ PRC = percentual de redução na aquisição de copos descartáveis em relação a 2014 TCD _{T1} = total de copos descartáveis adquiridos em 2015 TCD _{T0} = total de copos descartáveis adquiridos em 2014	Única Comparação dos quantitativos de 2015 e 2014

TEMA 1. PLANO DE AÇÃO PARA MATERIAL DE CONSUMO**AÇÃO 5. REDUÇÃO NA DISPONIBILIZAÇÃO DE COPOS DESCARTÁVEIS**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Redução da quantidade de copos descartáveis disponíveis para retirada do Almoxarifado Central para todas as unidades e estabelecimento de cotas de redução para aquelas que apresentam as maiores médias de consumo, conforme o estudo de consumo de copos <i>per capita</i>	
OBJETIVOS	Estimular o uso dos copos de vidro e de outros materiais que permitam a reutilização; Reduzir a quantidade de resíduos produzidos.	
UNIDADES ENVOLVIDAS	Todas	
UNIDADE RESPONSÁVEL	SPATR	
META A SER ALCANÇADA	30%	
PRAZO	6 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
1.5.1 Percentual de redução na distribuição de copos descartáveis em relação ao consumo de 2014	$PCD = (1 - TCD_{T1} / TCD_{T0}) \times 100$ PCD = percentual de redução na distribuição de copos descartáveis em relação ao consumo de 2014 TCD _{T1} = total de copos descartáveis distribuídos em 2015 TCD _{T0} = total de copos descartáveis distribuídos em 2014	Mensal com acompanhamento das saídas do Almoxarifado Central

TEMA 1. PLANO DE AÇÃO PARA MATERIAL DE CONSUMO**AÇÃO 6. INSTALAÇÃO DE BEBEDOUROS DE PRESSÃO NAS ÁREAS DE CIRCULAÇÃO/VISITAÇÃO/SALAS DE COMISSÕES DO SENADO FEDERAL**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Aquisição de bebedouros; Instalação dos bebedouros.	
OBJETIVOS	Reduzir o consumo de copos descartáveis	
UNIDADES ENVOLVIDAS	SPATR SINFRA	
UNIDADE RESPONSÁVEL	SPATR	
META A SER ALCANÇADA	Instalação de bebedouros	
PRAZO	12 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
1.6.1 Bebedouros instalados	-	Ao final do prazo

TEMA 2 – SERVIÇOS DE IMPRESSÃO

TEMA 2. PLANO DE AÇÃO PARA SERVIÇOS DE IMPRESSÃO DO SENADO FEDERAL

AÇÕES

1. IMPLANTAÇÃO DA FERRAMENTA DE ATESTO DE IMPRESSÃO

2. REGULAMENTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA COBRANÇA DE IMPRESSÃO PARTICULAR

3. MONITORAMENTO E OTIMIZAÇÃO DAS IMPRESSORAS EM *OUTSOURCING*

4. REDUÇÃO DA QUANTIDADE DE IMPRESSÕES

5. AUMENTO DO PERCENTUAL DE IMPRESSÕES FRENTE E VERSO

6. REDUÇÃO DO PERCENTUAL DE IMPRESSÕES COLORIDAS

TEMA 2. PLANO DE AÇÃO PARA SERVIÇOS DE IMPRESSÃO DO SENADO FEDERAL**AÇÃO 1. IMPLEMENTAÇÃO DA FERRAMENTA DE ATESTO DE IMPRESSÃO**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Criação de ferramenta; Implementação de ferramenta; Gerenciamento do uso da ferramenta.	
OBJETIVOS	Controlar o uso das impressoras no Senado Federal	
UNIDADES ENVOLVIDAS	COSTIC SESOC COATEN SEARE	
UNIDADE RESPONSÁVEL	COATEN	
META A SER ALCANÇADA	Ferramenta implementada 90% das impressões atestadas	
PRAZO	6 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
2.1.1 Implementação da ferramenta	Ferramenta implementada	Após 6 meses
2.1.2 Percentual de impressões atestadas	$PI = (IA/TI) \times 100$ PI = percentual de impressões atestadas IA = n° de impressões atestadas TI = n° total de impressões	Mensal, após implementação

TEMA 2. PLANO DE AÇÃO PARA SERVIÇOS DE IMPRESSÃO DO SENADO FEDERAL**AÇÃO 2. REGULAMENTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA COBRANÇA DE IMPRESSÃO PARTICULAR**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Regulamentação da cobrança de impressão particular com base em preço de mercado; Implementação do controle de impressão.	
OBJETIVOS	Coibir o uso abusivo das impressoras para fins particulares	
UNIDADES ENVOLVIDAS	COATEN SAFIN	
UNIDADE RESPONSÁVEL	COATEN	
META A SER ALCANÇADA	Sistema de cobrança implementado 80% das impressões particulares pagas	
PRAZO	12 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
2.2.1 Implementação do sistema de cobrança	-	Após 12 meses
2.2.2 Percentual de impressões particulares pagas	$PP = (TIPP/TIP) \times 100$ PP = percentual de impressões particulares pagas TIPP= total de impressões particulares pagas TIP= n° total de impressões particulares	Mensal após a implementação

TEMA 2. PLANO DE AÇÃO PARA SERVIÇOS DE IMPRESSÃO DO SENADO FEDERAL**AÇÃO 3. MONITORAMENTO E OTIMIZAÇÃO DAS IMPRESSORAS EM *OUTSOURCING***

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Definição de rotina; Elaboração de relatório de acompanhamento; Implementação dos remanejamentos necessários; Definição de reduções contratuais.	
OBJETIVOS	Promover economia no contrato; Adequar o número e distribuição das impressoras na Casa.	
UNIDADES ENVOLVIDAS	COATEN NCAS	
UNIDADE RESPONSÁVEL	COATEN	
META A SER ALCANÇADA	a) 5% de impressoras remanejadas b) 5 % de redução dos valores contratados	
PRAZO	a) 24 meses para remanejamento b) 12 meses após o remanejamento (redução)	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
2.3.1 Percentual de impressoras remanejadas	$PIR = (NIR/TI) \times 100$ PIR = percentual de impressoras remanejadas NIR= nº de impressoras remanejadas TI= nº total de impressoras	24 meses
2.3.2 Percentual de redução dos valores contratuais pagos	$PRV = (1-VA/VPAN) \times 100$ PRV = percentual de redução de valores VA = valor atual VPAN = valor pago no ano anterior	Anual após o remanejamento

TEMA 2. PLANO DE AÇÃO PARA SERVIÇOS DE IMPRESSÃO DO SENADO FEDERAL**AÇÃO 4. REDUÇÃO DA QUANTIDADE DE IMPRESSÕES**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Monitoramento das impressões realizadas	
OBJETIVOS	Promover a redução do uso de recursos naturais e da geração de resíduos no ambiente de trabalho	
UNIDADES ENVOLVIDAS	COATEN NCAS	
UNIDADE RESPONSÁVEL	COATEN	
META A SER ALCANÇADA	20%	
PRAZO	12 Meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
2.4.1 Percentual de redução anual de impressões realizadas	$PRI = (1-TI/TIAA) \times 100$ PRI = percentual de redução anual de impressões TI = total de impressões realizadas no ano TIAA = total de impressões realizadas no ano anterior	Anual
2.4.2 Percentual de redução mensal de impressões realizadas	$PRIm = (1-TIm/TIMA) \times 100$ PRIm = percentual de redução mensal de impressões TIm = total de impressões realizadas no mês TIMA = total de impressões realizadas no mesmo mês do ano anterior	Mensal

TEMA 2. PLANO DE AÇÃO PARA SERVIÇOS DE IMPRESSÃO DO SENADO FEDERAL**AÇÃO 5. AUMENTO DO PERCENTUAL DE IMPRESSÕES FRENTE E VERSO**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Aumento do percentual de impressões frente e verso em relação ao total de impressões	
OBJETIVOS	Promover a redução do uso de recursos naturais e da geração de resíduos no ambiente de trabalho	
UNIDADES ENVOLVIDAS	COATEN NCAS	
UNIDADE RESPONSÁVEL	COATEN	
META A SER ALCANÇADA	90% do total de impressões	
PRAZO	12 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
2.5.1 Percentual de impressão frente e verso	$PI = (TIFV/TI) \times 100$ PI = percentual de impressões frente e verso TIFV= n°total de impressões frente e verso TI= n° total de impressões	Mensal/Anual

TEMA 2. PLANO DE AÇÃO PARA SERVIÇOS DE IMPRESSÃO DO SENADO FEDERAL**AÇÃO 6. REDUÇÃO DO PERCENTUAL DE IMPRESSÕES COLORIDAS**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Redução do percentual de impressões coloridas	
OBJETIVOS	Promover a economia de recursos financeiros	
UNIDADES ENVOLVIDAS	COATEN NCAS	
UNIDADE RESPONSÁVEL	COATEN	
META A SER ALCANÇADA	19% em relação ao total de impressões	
PRAZO	12 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
2.6.1 Percentual de impressão colorida	$PIC = TIC/TI \times 100$ PIC = percentual de impressões coloridas TIC= n°total de impressões coloridas TI= n° total de impressões	Mensal

TEMA 3 – PLANO DE AÇÃO PARA ENERGIA ELÉTRICA

TEMA 3. PLANO DE AÇÃO PARA ENERGIA ELÉTRICA

AÇÕES

1. COMPOSIÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA DE ENGENHARIA SUSTENTÁVEL

2. DIAGNÓSTICO DA REDE ELÉTRICA

3. REDUÇÃO DO CONSUMO ENERGÉTICO

4. HABILITAÇÃO DO SENADO FEDERAL COMO CONSUMIDOR LIVRE

5. CAPACITAÇÃO EM EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

6. INDIVIDUALIZAÇÃO DE MEDIDORES POR PRÉDIO EM NOVAS CONSTRUÇÕES OU *RETROFIT*

7. ADOÇÃO DE ETIQUETAGEM DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO GRAU MÁXIMO NOS CASOS DE NOVAS CONSTRUÇÕES E AUMENTO DO NÍVEL DA ETIQUETAGEM EXISTENTE NOS CASOS DE *RETROFIT*

8. SUBSTITUIÇÃO PROGRESSIVA DOS SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO POR SISTEMAS DE ALTA EFICIÊNCIA

9. EXIGÊNCIA DE ETIQUETA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS OU DISPONIBILIZADOS POR EMPRESAS CONTRATADAS PELO SENADO FEDERAL

TEMA 3. PLANO DE AÇÃO PARA ENERGIA ELÉTRICA**AÇÃO 1. COMPOSIÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA DE ENGENHARIA SUSTENTÁVEL**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Formação de equipe técnica multidisciplinar de engenharia da SINFRA para levar adiante as ações sustentáveis previstas neste plano	
OBJETIVOS	Possibilitar o cumprimento de prazo das ações previstas neste plano; Possibilitar a elaboração dos estudos e o acompanhamento das obras relacionadas a este plano.	
UNIDADES ENVOLVIDAS	DGER SINFRA SEGP	
UNIDADE RESPONSÁVEL	SEGP	
META A SER ALCANÇADA	Nomeação de 3 engenheiros civis Nomeação de 3 engenheiros eletricitas Nomeação de 2 engenheiros mecânicos Nomeação de 3 arquitetos	
PRAZO	12 meses - lançamento de edital do concurso 24 meses - nomeação de aprovados	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
3.1.1 Número de servidores nomeados	-	Anual

TEMA 3. PLANO DE AÇÃO PARA ENERGIA ELÉTRICA**AÇÃO 2. DIAGNÓSTICO DA REDE ELÉTRICA**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Diagnóstico da rede elétrica com ênfase na segurança e na eficiência energética; Correção da distribuição de cargas no Complexo Arquitetônico; Implantação das redes de alimentação redundante nos sistemas prioritários; Implantação dos sistemas de alimentação de emergência nos sistemas prioritários.	
OBJETIVOS	Conhecer a situação da rede elétrica do Senado Federal com ênfase na segurança e na eficiência, corrigir as patologias do sistema de alimentação predial	
UNIDADES ENVOLVIDAS	SINFRA DGER PRDSTI SECOM	
UNIDADE RESPONSÁVEL	SINFRA	
META A SER ALCANÇADA	Diagnóstico da rede elétrica realizado Correção das patologias de alimentação	
PRAZO	18 meses – Contratação de ramal Y para a Sala Cofre do Prodasen 18 meses – Contratação de sistemas nobreaks para os sistemas prioritários 24 meses – Contratação de uma subestação para as unidades de apoio 12 meses após Ação 1 - Diagnóstico da rede elétrica realizado	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
3. 2.1. Diagnóstico de Rede elaborado	-	Anual
3.2.2. Balanceamento de Cargas contratado	-	Anual
3. 2.3. Ramais redundantes contratados	-	Anual
3.2.4. Energia de Emergência contratado	-	Anual

TEMA 3. PLANO DE AÇÃO PARA ENERGIA ELÉTRICA**AÇÃO 3. REDUÇÃO DO CONSUMO ENERGÉTICO**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Implementação das demais ações deste Plano de Ação	
OBJETIVOS	Reduzir a emissão de gases do efeito estufa; Promover a economia de recursos públicos; Promover a redução do consumo de energia elétrica por meio consumo racional.	
UNIDADES ENVOLVIDAS	SINFRA NCAS SECOM	
UNIDADE RESPONSÁVEL	SINFRA	
META A SER ALCANÇADA	5% de redução no consumo global	
PRAZO	12 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
3.3.1 Percentual de redução do consumo global de energia elétrica no Senado Federal	$PRCG = (1 - CTE_{T1}/CTE_{T0}) \times 100$ PRCG = percentual de redução do consumo global de energia elétrica no Senado Federal CTE _{T1} = consumo total de energia no período de apuração CTE _{T0} = consumo total de energia na aprovação do PGLS	Mensal e anual

TEMA 3. PLANO DE AÇÃO PARA ENERGIA ELÉTRICA**AÇÃO 4. HABILITAÇÃO DO SENADO FEDERAL COMO CONSUMIDOR LIVRE**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Estabelecimento de Acordo de Cooperação com a Câmara dos Deputados; Elaboração de estudo de viabilidade para centralização da entrada de energia do Congresso Nacional.	
OBJETIVOS	Melhorar a qualidade da energia recebida; Incentivar o consumo de energia de fontes mais sustentáveis; Diminuir o custo de energia elétrica consumida.	
UNIDADES ENVOLVIDAS	DGER SINFRA	
UNIDADE RESPONSÁVEL	SINFRA	
META A SER ALCANÇADA	Conclusão do estudo de viabilidade	
PRAZO	12 meses - Firmar acordo de cooperação com a Câmara dos Deputados 24 meses - Elaborar estudo de viabilidade	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
3.4.1 Acordo de Cooperação firmado	-	Anual
3.4.2 Estudo de viabilidade realizado	-	Bianual

TEMA 3. PLANO DE AÇÃO PARA ENERGIA ELÉTRICA

AÇÃO 5. CAPACITAÇÃO EM EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Capacitação de servidores da SINFRA em etiquetagem de edificações públicas; Capacitação dos servidores da SINFRA em certificação ambiental (<i>Leed</i> , Caixa Azul, Aqua).	
OBJETIVOS	Capacitar os servidores da SINFRA nas melhores práticas de gestão sustentável de operação, reformas e manutenção predial	
UNIDADES ENVOLVIDAS	SINFRA NCAS ILB	
UNIDADE RESPONSÁVEL	ILB	
META A SER ALCANÇADA	75% dos analistas arquitetos e engenheiros	
PRAZO	24 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
3.5.1 Percentual de analistas engenheiros e arquitetos capacitados	$PAE = NEAC/NTEA \times 100$ PAE = percentual de analistas engenheiros e arquitetos capacitados NEAC = nº de analistas engenheiros e arquitetos capacitados NTEA = nº total de analistas engenheiros e arquitetos	Anual

TEMA 3. PLANO DE AÇÃO PARA ENERGIA ELÉTRICA**AÇÃO 6. INDIVIDUALIZAÇÃO DE MEDIDORES POR PRÉDIO EM NOVAS CONSTRUÇÕES OU RETROFIT**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Instalação de medidores em cada edifício do SF ou no conjunto de edifícios quando for conveniente	
OBJETIVOS	Controlar e monitorar o consumo de energia por áreas no SF; Viabilizar campanhas de redução de consumo focadas nas unidades com maior de energia.	
UNIDADES ENVOLVIDAS	SINFRA	
UNIDADE RESPONSÁVEL	SINFRA	
META A SER ALCANÇADA	100% dos edifícios com medição individualizada, nos casos de novas construções ou <i>retrofit</i>	
PRAZO	Imediato	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
3.6.1 Percentual de novas construções ou <i>retrofit</i> com medição individualizada	$PMI = EMI/TE \times 100$ PMI = percentual de novas construções ou retrofit com medição individualizada EMI = novas construções ou retrofit com medição individualizada TE = total de novas construções ou <i>retrofit</i>	Mensal

TEMA 3. PLANO DE AÇÃO PARA ENERGIA ELÉTRICA

AÇÃO 7. ADOÇÃO DE ETIQUETAGEM DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO GRAU MÁXIMO NOS CASOS DE NOVAS CONSTRUÇÕES E AUMENTO DO NÍVEL DA ETIQUETAGEM EXISTENTE NOS CASOS DE RETROFIT

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Adequação de projetos de reforma ou construção aos padrões exigidos para obtenção de Selo Procel Edifica	
OBJETIVOS	Melhorar a eficiência energética nas dependências do SF Reduzir o consumo de energia	
UNIDADES ENVOLVIDAS	SINFRA	
UNIDADE RESPONSÁVEL	SINFRA	
META A SER ALCANÇADA	100% das novas construções e reformas	
PRAZO	Imediato	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
3.7.1 Percentual de novas construções e reformas etiquetadas	$PCRE = NCRE/NCR \times 100$ PCRE = percentual de novas construções e reformas etiquetadas NCRE = novas construções e reformas etiquetadas NCR = novas construções e reformas	Mensal

TEMA 3. PLANO DE AÇÃO PARA ENERGIA ELÉTRICA**AÇÃO 8. SUBSTITUIÇÃO PROGRESSIVA DOS SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO POR SISTEMAS DE ALTA EFICIÊNCIA**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Substituição progressiva dos sistemas de iluminação por sistemas de alta eficiência	
OBJETIVOS	Economizar energia; Reduzir a produção de resíduos com metais pesados; Economia de recurso público; Identificar novas opções para os sistemas de iluminação com a perspectiva da energia renovável; Identificar espaços adequados para a inovação nos sistemas de iluminação.	
UNIDADES ENVOLVIDAS	SINFRA	
UNIDADE RESPONSÁVEL	SINFRA	
META A SER ALCANÇADA	100% de iluminação eficiente nos casos de retrofit e novas edificações	
PRAZO	12 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
3.8.1 Percentual de luminárias com alta eficiência nas novas edificações e <i>retrofit</i>	$PLAE = NLAE/NTL \times 100$ PLL = percentual de luminárias com alta eficiência nas novas edificações e retrofit NLAE = nº de luminárias com alta eficiência nas novas edificações e retrofit NTL = nº total de luminárias com alta eficiência nas novas edificações e retrofit $PLAE = NLAE/NTL \times 100$	Bimestral

TEMA 3. PLANO DE AÇÃO PARA ENERGIA ELÉTRICA**AÇÃO 9. EXIGÊNCIA DE ETIQUETA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS OU DISPONIBILIZADOS POR EMPRESAS CONTRATADAS PELO SENADO FEDERAL**

DETALHAMENTO DA AÇÃO	Opção pela aquisição de produtos que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, da classe de maior eficiência, representada pela letra “A”, sempre que haja no mínimo 3 fornecedores de produtos nessa classe	
OBJETIVOS	Reduzir o consumo de energia elétrica	
UNIDADES ENVOLVIDAS	SADCON	
UNIDADE RESPONSÁVEL	SADCON	
META A SER ALCANÇADA	100% das novas aquisições ou contratações	
PRAZO	Imediato	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
3.9.1 Percentual de equipamentos adquiridos após a aprovação do PGLS que possuam etiqueta A	$PNEA = NNEA / NNE \times 100$ PNEA = percentual de equipamentos adquiridos após a aprovação do PGLS que possuam etiqueta A NNEA = nº de equipamentos adquiridos após a aprovação do PGLS que possuam etiqueta A NNE = nº de equipamentos adquiridos após a aprovação do PGLS	Mensal

TEMA 4 – PLANO DE AÇÃO PARA ÁGUA E ESGOTO

TEMA 4. PLANO DE AÇÃO PARA ÁGUA E ESGOTO

AÇÕES

1. INDIVIDUALIZAÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA

2. APROVEITAMENTO DE ÁGUA DE CHUVA

3. SEGREGAÇÃO DE REDES DE ESGOTAMENTO

4. MODERNIZAÇÃO DAS CAIXAS COLETORAS

5. REFORMA DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUA POTÁVEL

6. ELIMINAÇÃO DE MAU CHEIRO

7. REFORMULAÇÃO DA REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS

8. INSTALAÇÃO DE TORNEIRAS ECONÔMICAS

9. INSTALAÇÃO DE BACIAS ECONÔMICAS

10. INSTALAÇÃO DE PURIFICADORES DE ÁGUA

11. MONITORAMENTO AUTOMATIZADO DE MEDIDORES E DE SISTEMAS

12. REDUÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA

13. ELIMINAÇÃO DA LAVAGEM DE CARROS PARTICULARES NAS DEPENDÊNCIAS DO SENADO FEDERAL

TEMA 4. PLANO DE AÇÃO PARA ÁGUA E ESGOTO

AÇÃO 1. INDIVIDUALIZAÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	<p>Revisão das instalações de modo a unificar a alimentação dos edifícios;</p> <p>Instalação de hidrômetro no ramal unificado de alimentação de cada edifício;</p> <p>Desenvolvimento de metodologia de confrontação do consumo individualizado (interno) com o consumo apurado de modo agregado pela CAESB (externo);</p> <p>Leitura diária do consumo de água por edifício;</p> <p>Elaboração de estimativa do número diário médio de usuários por edifício (servidores, terceirizados e visitantes).</p>
OBJETIVOS	<p>Facilitar a identificação de vazamentos;</p> <p>Subsidiar campanhas de conscientização por meio de relatórios de consumo individualizado com as áreas ocupantes, contendo, inclusive, média de consumo de água por usuário;</p> <p>Emitir alertas de consumo anormal, com acionamento da equipe de manutenção dentro da metodologia de avaliação permanente dos dados coletados;</p> <p>Aferir efetividade de ações institucionais voltadas à redução de consumo de água, como campanhas educativas e alterações na estrutura física.</p>
UNIDADES ENVOLVIDAS	<p>SINFRA SEGP (servidores e terceirizados por edifício) SPSF (visitantes por edifício) PRDSTI COTELE (Instalações Subterrâneas) SECOM</p>
UNIDADE RESPONSÁVEL	<p>SINFRA</p>
META A SER ALCANÇADA	<p>a) 100% dos edifícios com adequação de rede de alimentação e hidrômetros individuais instalados</p> <p>b) Leitura diária do consumo de água de cada edifício</p>
PRAZO	<p>a) 12 meses (projeto básico para contratação de projeto de adequação dos ramais de alimentação e de instalação dos hidrômetros)</p> <p>b) 24 meses (contratação dos serviços, incluindo materiais)</p> <p>c) 48 meses (execução dos serviços de adequação em todos os edifícios)</p>

	d) 60 meses (implementação da metodologia de avaliação do consumo diário, com emissão dos alertas para a equipe de manutenção no caso de consumo anormal)	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
4.1. 1 Percentual de edifícios com medição individualizada	PEMI = NEMI/NTE PEMI = percentual de edifícios com medição individualizada NEMI = nº de edifícios com medição individualizada NTE = nº total de edifícios	Anual
4.1.2 Leitura diária efetuada	-	Mensal

TEMA 4. PLANO DE AÇÃO PARA ÁGUA E ESGOTO**AÇÃO 2. APROVEITAMENTO DE ÁGUA DE CHUVA**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	<p>Análise de viabilidade de aproveitamento de água de chuva, considerando as dimensões dos telhados e lajes, as características dos revestimentos, os custos preliminares das intervenções e o potencial de economia;</p> <p>Elaboração de anteprojeto das intervenções necessárias para viabilizar o sistema, tais como impermeabilização de reservatório inferior existente na SEGRAF, construção de reservatório superior (ou sistema de pressurização) e sistema de filtros, reforma de banheiros com segregação de ramais de descarga, instalação de torneiras de jardim com água aproveitada, concepção de sistema de identificação de pontos contendo água aproveitada;</p> <p>Elaboração de projeto executivo, com orçamento detalhado, das intervenções;</p> <p>Executar intervenções.</p>	
OBJETIVOS	<p>Possibilitar o aproveitamento de água de chuva para alimentar pontos compatíveis com utilização de água não potável, principalmente bacias sanitárias e torneiras para irrigação e limpeza;</p> <p>Aproveitar o máximo da água de chuva captada nas coberturas;</p> <p>Garantir o fornecimento constante de água em todos os pontos de consumo, mesmo durante a estiagem;</p> <p>Assegurar uma operação segura, livre de contaminação da rede de água potável.</p>	
UNIDADES ENVOLVIDAS	SINFRA SPATR COGER	
UNIDADE RESPONSÁVEL	SINFRA	
META A SER ALCANÇADA	a) identificação de áreas; b) elaboração de anteprojeto; c) contratação de projetos executivos; d) execução de intervenções	
PRAZO	a)24 meses b)36 meses c)48 meses d)60 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO

4.2.1. Áreas identificadas	-	Única ao final do prazo
4.2.2 Anteprojeto elaborado	-	Única ao final do prazo
4.2.3 Projetos executivos contratados	-	Única ao final do prazo
4.2.4 Intervenções executadas	-	Única ao final do prazo

TEMA 4. PLANO DE AÇÃO PARA ÁGUA E ESGOTO**AÇÃO 3. SEGREGAÇÃO DE REDES DE ESGOTAMENTO**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Levantamento de todos os pontos em que há contribuição de água pluvial em rede de esgoto e vice-versa, a exemplo do existente no Bloco 1 da SEGRAF;	
	Projeção das intervenções necessárias para garantir a segregação das redes;	
	Execução das intervenções.	
OBJETIVOS	Assegurar a observância das normas que regem a matéria, no que diz respeito à segregação de redes de água pluvial e de esgoto;	
	Evitar eventual penalização por aumento do volume de esgoto com contribuição de água pluvial (a exemplo do que ocorre atualmente no Bloco 1);	
	Impedir a poluição do Lago Paranoá com esgoto sem tratamento.	
UNIDADES ENVOLVIDAS	SINFRA	
UNIDADE RESPONSÁVEL	SINFRA	
META A SER ALCANÇADA	Nenhum ponto de lançamento de esgoto em rede de água pluvial dentro das dependências do Senado Federal	
	Nenhum ponto de lançamento de água pluvial em rede de esgoto dentro das dependências do Senado Federal	
PRAZO	48 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
4.3.1 Número de pontos de lançamento de esgoto em rede de água pluvial dentro das dependências do Senado Federal	-	Anual
4.3.2 Número de pontos de lançamento de água pluvial em rede de esgoto dentro das dependências do Senado Federal	-	Anual

TEMA 4. PLANO DE AÇÃO PARA ÁGUA E ESGOTO

AÇÃO 4. MODERNIZAÇÃO DAS CAIXAS COLETORAS

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

Elaboração ou contratação de projeto exclusivo de modernização de painéis de comando e caixas coletoras de locais críticos, como PRDSTI e TV Senado, em que eventual inundação pode causar danos patrimoniais de grande monta;

Elaboração ou contratação de projeto de modernização das caixas coletoras de esgoto e de águas pluviais tomando-se por base as seguintes premissas:

Observância às normas técnicas, especialmente nos quesitos declividade e estanqueidade das redes que chegam até as caixas;

Remoção, sempre que possível, dos efluentes e da água pluvial das edificações por meio de declividade natural da tubulação, com o objetivo de eliminar o maior número possível de caixas coletoras que atualmente utilizam bombas eletromecânicas para realizar o recalque;

Reforma somente das caixas coletoras que se mostrarem indispensáveis para o funcionamento do sistema, na medida necessária para recompor as paredes de alvenaria, o fundo em concreto e a impermeabilização interna das faces;

Ligação direta dos quadros de comando aos grupos geradores do Senado, de modo a garantir o funcionamento das bombas mesmo quando houver interrupção de fornecimento de energia pela CEB;

Modernização das instalações eletromecânicas relacionadas às caixas coletoras (conjuntos motobombas e quadros de comando), incluindo dispositivos de controle de falha, alarme e sistema de monitoramento remoto de operação, com leitura em tempo real da pressão de recalque, histórico de acionamentos, etc.

Elaboração dos projetos básicos de contratação;

Execução de intervenções.

OBJETIVOS

Reduzir o consumo de energia elétrica, economizar o que se gasta com manutenção das caixas e das bombas e aumentar a confiabilidade do sistema de esgotamento como um todo por meio do esgotamento por gravidade, pois o sistema se tornaria menos dependente de energia elétrica para funcionar;

Garantir a integridade da estrutura e prevenir contaminação do solo e do lençol freático com a reforma civil das caixas;

Aumentar a confiabilidade do sistema por meio da reforma eletromecânica das bombas e dos quadros de comando.

UNIDADES ENVOLVIDAS	SINFRA PRDSTI	
UNIDADE RESPONSÁVEL	SINFRA	
META A SER ALCANÇADA	Modernização das caixas coletoras	
PRAZO	36 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
4.4.1 Caixas coletoras modernizadas	-	Anual

TEMA 4. PLANO DE AÇÃO PARA ÁGUA E ESGOTO**AÇÃO 5. REFORMA DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUA POTÁVEL**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Elaboração de projeto de intervenção nos reservatórios inferiores e superiores que abastecem os edifícios do Senado Federal de água potável, incluindo: avaliação de integridade da estrutura; revisão e reconstituição de conexões de entrada e saída dos reservatórios e dos seus principais ramais de alimentação; impermeabilização das paredes internas; reforço de estruturas externas que impeçam o acesso de pessoas não autorizadas ao interior dos reservatórios; Modernização dos conjuntos motobombas de recalque, incluindo os painéis de comando; Elaboração de projetos básicos de contratação; Execução das intervenções.	
OBJETIVOS	Aumentar a confiabilidade de fornecimento de água potável para os edifícios do Senado Federal; Reduzir os riscos de contaminação acidental ou intencional da rede de água potável.	
UNIDADES ENVOLVIDAS	SINFRA	
UNIDADE RESPONSÁVEL	SINFRA	
META A SER ALCANÇADA	100% dos reservatórios reformados	
PRAZO	36 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
4.5.1 Percentual de reservatórios reformados	$PRR = \frac{NRR}{NTR} \times 100$ PRR = percentual de Reservatórios Reformados NRR = nº de reservatórios reformados NTR = nº total de reservatórios	Anual

TEMA 4. PLANO DE AÇÃO PARA ÁGUA E ESGOTO**AÇÃO 6. ELIMINAÇÃO DE MAU CHEIRO**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	<p>Elaboração de projeto de intervenção nas redes internas de esgoto, com foco nos locais com histórico de mau cheiro, nas seguintes bases: observância de normas técnicas; identificação dos fechos hídricos não protegidos por ventilação apropriada, suscetíveis ao escape de gás e, sendo técnica e economicamente viável, contemplar a ventilação; construir a ventilação da instalação primária de esgoto; construir ventilação para as caixas coletoras de esgoto dotadas de bombas de recalque;</p> <p>Identificação de trechos da rede ativa de esgoto que, por estarem embutidos na estrutura, nas paredes ou enterrados, impossibilitam a inspeção visual e o acesso direto da manutenção, dentro do esforço para elaboração do projeto indicado na ação;</p> <p>Verificação do estado de conservação dos tubos nos trechos vizinhos que estejam disponíveis para inspeção. Com isso, avaliar a conveniência e viabilidade técnica e econômica de substituir os trechos com indícios de deterioração;</p> <p>Elaboração dos projetos básicos de contratação;</p> <p>Execução de intervenções.</p>	
OBJETIVOS	<p>Assegurar a integridade dos fechos hídricos do sistema sanitário;</p> <p>Impedir que gases provenientes do coletor público de esgoto possam alcançar o interior dos edifícios;</p> <p>Direcionar com segurança os gases exalados pelos efluentes para as regiões mais elevadas dos edifícios.</p>	
UNIDADES ENVOLVIDAS	SINFRA	
UNIDADE RESPONSÁVEL	SINFRA	
META A SER ALCANÇADA	Nenhum ponto com relatos frequentes de mau cheiro	
PRAZO	72 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
4.6.1. Número de pontos com relatos frequentes de mau cheiro eliminado	-	Anual

TEMA 4. PLANO DE AÇÃO PARA ÁGUA E ESGOTO**AÇÃO 7. REFORMULAÇÃO DA REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	<p>Elaboração ou contratação de projeto de intervenção nas redes externas de água pluvial, contemplando o seguinte programa de necessidades: observância de normas técnicas, rede com alcance sobre toda a área do complexo arquitetônico do Senado Federal capaz de esgotar toda a contribuição de chuva para um período de retorno definido em projeto, levando-se em conta as áreas de estacionamento existente;</p> <p>Buscar informações detalhadas sobre a rede de água pluvial da Novacap, no que diz respeito à bacia de contribuição, traçado da rede atual, capacidade, além do histórico de transbordamento no período chuvoso;</p> <p>Considerar as medidas necessárias para impedir o alagamento de áreas sensíveis do Senado Federal, como os verificados na Chapelaria, no Anexo II e no PRDSTI no período chuvoso de 2014/2015;</p> <p>Avaliar a necessidade de construir bacias de retenção volumétrica e técnica de águas pluviais;</p> <p>Elaboração de projetos básicos de contratação;</p> <p>Execução de intervenções.</p>	
OBJETIVOS	Evitar episódios de inundação que possam colocar em risco a integridade dos edifícios e do patrimônio público confiado ao Senado Federal	
UNIDADES ENVOLVIDAS	SINFRA	
UNIDADE RESPONSÁVEL	SINFRA	
META A SER ALCANÇADA	Reformulação de toda a rede de águas pluviais	
PRAZO	72 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
4.7.1 Rede de águas pluviais reformulada	-	Única

TEMA 4. PLANO DE AÇÃO PARA ÁGUA E ESGOTO**AÇÃO 8. INSTALAÇÃO DE TORNEIRAS ECONÔMICAS**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Padronização das torneiras instaladas no Senado Federal; Substituição das torneiras com defeito por torneiras mais econômicas, dotadas de arejador e com fechamento automático, buscando-se sempre um modelo que seja amplamente utilizado pelo mercado; Utilização de torneiras econômicas nas reformas e novas construções.	
OBJETIVOS	Reduzir o consumo de água nas torneiras	
UNIDADES ENVOLVIDAS	SINFRA	
UNIDADE RESPONSÁVEL	SINFRA	
META A SER ALCANÇADA	100% das novas instalações de torneiras	
PRAZO	1 mês (padronização de torneiras) 2 meses (incluir torneiras no novo contrato de manutenção) 13 meses (iniciar substituição das torneiras)	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
4.8.1 Percentual de torneiras instaladas contendo dispositivo automático de água e arejador	$PNTE = \frac{TNTE}{TNT} \times 100$ PNTE = percentual de torneiras instaladas após a aprovação do PGLS, contendo dispositivo automático de água e arejador TNTE = total de torneiras instaladas, após a aprovação do PGLS, contendo dispositivo automático de água e arejador TNT = total de torneiras instaladas, após a aprovação do PGLS	Mensal

TEMA 4. PLANO DE AÇÃO PARA ÁGUA E ESGOTO**AÇÃO 9. INSTALAÇÃO DE BACIAS SANITÁRIAS ECONÔMICAS**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	<p>Padronização de bacias sanitárias e as válvulas de descarga instaladas no Senado Federal, considerando as peculiaridades e perfil de cada ambiente;</p> <p>Substituição de bacias sanitárias e as válvulas com defeito por modelos mais econômicos, buscando-se sempre um modelo que seja eficaz e amplamente utilizado pelo mercado;</p> <p>Especificação de padrão de bacia sanitária a ser utilizada em cada espaço;</p> <p>Inserção de bacias e válvulas padronizadas na lista de materiais do próximo contrato de manutenção;</p> <p>Substituição das bacias e válvulas.</p>	
OBJETIVOS	Reduzir o consumo de água no Senado Federal	
UNIDADES ENVOLVIDAS	SINFRA	
UNIDADE RESPONSÁVEL	SINFRA	
META A SER ALCANÇADA	100% das bacias sanitárias cujas válvulas apresentem defeito e das bacias em prédios/banheiros reformados e novas construções	
PRAZO	1 mês (padronização de bacias e válvulas) 2 meses (incluir bacias e válvulas no novo contrato de manutenção) 13 meses (iniciar substituição das bacias e válvulas)	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
4.9.1 Percentual de novas bacias sanitárias com características de economia de água	$PNBA = TNBA/TNB \times 100$ PNTE = percentual de bacias sanitárias instaladas após a aprovação do PGLS, com características de economia de água TNBA = total de bacias sanitárias instaladas após a aprovação do PGLS, com características de economia de água TNB = total de bacias sanitárias instaladas após a aprovação do PGLS	Mensal

TEMA 4. PLANO DE AÇÃO PARA ÁGUA E ESGOTO**AÇÃO 10. INSTALAÇÃO DE PURIFICADORES DE ÁGUA**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Conscientização da comunidade do Senado Federal acerca do programa de ensaios periódicos de potabilidade da água; Estudo de viabilidade técnica de instalação de pontos de água para purificadores nas copas; Elaboração de projetos; Execução de adequações; Instalação de purificadores de água em substituição a galões de água; Especificação de padrão de purificadores, juntamente com as rotinas de manutenção; Inclusão de purificadores na lista de materiais do próximo contrato de manutenção.	
OBJETIVOS	Redução da aquisição de água em galão	
UNIDADES ENVOLVIDAS	SINFRA SPATR (aquisição de equipamentos) SEGP (campanhas educativas) SECOM	
UNIDADE RESPONSÁVEL	SINFRA	
META A SER ALCANÇADA	100% das copas que não tenham impedimentos técnicos para instalação com purificadores instalados	
PRAZO	12 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
4.10.1 Percentual de copas que não tenham impedimentos técnicos para instalação com purificadores instalados	$PCF = NCF/NTC \times 100$ PCF = percentual de copas que não tenham impedimentos técnicos para instalação com purificadores instalados NCF = nº de copas que não tenham impedimentos técnicos para instalação com purificadores instalados NTC = nº total de copas que não tenham impedimentos técnicos para instalação	Mensal

TEMA 4. PLANO DE AÇÃO PARA ÁGUA E ESGOTO**AÇÃO 11. MONITORAMENTO AUTOMATIZADO DE MEDIDORES E DE SISTEMAS**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	<p>Projeção de uma rede de dados que possibilite a leitura e controle remotos dos sistemas de medição de água e energia e controle dos quadros de comando dos sistemas eletromecânicos;</p> <p>Elaboração de projetos;</p> <p>Execução dos projetos.</p>
OBJETIVOS	<p>Aumentar a confiabilidade do sistema;</p> <p>Eliminar falhas humanas;</p> <p>Subsidiar metodologia de avaliação permanente dos dados coletados, incluir a emissão de alertas de consumo anormal, com acionamento da equipe de manutenção;</p> <p>Facilitar a identificação de vazamentos;</p> <p>Aferir efetividade de ações institucionais voltadas à redução de consumo de água, como campanhas educativas e alterações na estrutura física.</p>
UNIDADES ENVOLVIDAS	SINFRA PRDSTI SECOM
UNIDADE RESPONSÁVEL	SINFRA
META A SER ALCANÇADA	<p>Elaboração de projeto básico para contratação de projeto de automação e controle;</p> <p>Contratação dos serviços;</p> <p>Execução dos serviços de adequação em todos os edifícios e instalação da rede de monitoramento e controle;</p> <p>Operação remota da rede de monitoramento e controle.</p>
PRAZO	60 meses

INDICADORES

NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
4.11.1 Projeto básico concluído	-	Ao final do prazo
4.11.2 Serviço contratado	-	Ao final do prazo
4.11.3 Serviços de adequação e instalação executados	-	Ao final do prazo

4.11.4 Rede de monitoramento em operação

-

Ao final do prazo

TEMA 4. PLANO DE AÇÃO PARA ÁGUA E ESGOTO**AÇÃO 12. REDUÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Implementação das demais ações deste Plano de Ação	
OBJETIVOS	Reduzir os impactos das atividades do SF sobre os recursos hídricos; Promover a economia de recursos públicos.	
UNIDADES ENVOLVIDAS	SINFRA	
UNIDADE RESPONSÁVEL	SINFRA	
META A SER ALCANÇADA	5% de redução no consumo global	
PRAZO	12 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
4.12.1 Percentual de redução do consumo global de água no Senado Federal	$PRCA = (1 - CTA_{T1}/CTA_{T0}) \times 100$ PRCG = percentual de redução do consumo global de água no Senado Federal CTE_{T1} = consumo total de água no período de apuração CTE_{T0} = consumo total de água na aprovação do PGLS	Mensal e anual

TEMA 4. PLANO DE AÇÃO PARA ÁGUA E ESGOTO**AÇÃO 13. ELIMINAÇÃO DA LAVAGEM DE CARROS PARTICULARES NAS DEPENDÊNCIAS DO SENADO FEDERAL**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Notificação dos lavadores estabelecendo prazo para encerramento das atividades; Comunicação aos servidores da retirada dos serviços.	
OBJETIVOS	Evitar o lançamento de produtos químicos no sistema de coleta de águas pluviais; Diminuir o consumo de água; Economizar recursos públicos; Educar para a importância de evitar o desperdício de água tratada para usos menos nobres.	
UNIDADES ENVOLVIDAS	DGER NCAS	
UNIDADE RESPONSÁVEL	DGER	
META A SER ALCANÇADA	Eliminação total da lavagem de carro no Senado Federal	
PRAZO	06 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
4.13.1 Ausência de lavagem de carros particulares	-	Mensal

TEMA 5 – PLANO DE AÇÃO PARA GESTÃO DE RESÍDUOS

TEMA 5. PLANO DE AÇÃO PARA GESTÃO DE RESÍDUOS

AÇÕES

1. ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICO PARA IDENTIFICAR AS FALHAS NO PROCESSO DE GESTÃO DE RESÍDUOS E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES EDUCATIVAS
2. DISPOSIÇÃO DE NOVAS LIXEIRAS OPERANDO EM MODELO ILHA COM QUATRO UNIDADES (VERMELHA, CINZA, MARROM E AZUL)
3. ATUALIZAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA DESTINAÇÃO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS À COOPERATIVA DE CATADORES
4. REALIZAÇÃO DE MONITORAMENTO QUINZENAL DOS DESCARTES QUANTO À SEPARAÇÃO, À DESTINAÇÃO, AOS VOLUMES E ÀS COLETAS NOS AMBIENTES
5. DESTINAÇÃO CORRETA DOS RESÍDUOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL
6. INCLUSÃO NOS NOVOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCERIZAÇÃO A EXIGÊNCIA DE TREINAMENTO/CAPACITAÇÃO SOBRE GESTÃO DE RESÍDUOS
7. IMPLEMENTAÇÃO DE COLETORES DE DESCARTES ESPECIAIS E PROMOÇÃO DA DESTINAÇÃO ADEQUADA DOS RESÍDUOS
8. INCLUSÃO NOS NOVOS CONTRATOS DOS RESTAURANTES E LANCHONETES DE CLÁUSULAS DE EXIGÊNCIA PARA ELIMINAÇÃO DE MATERIAIS DESCARTÁVEIS OU USO DE MATERIAS DESCARTÁVEIS BIODEGRADÁVEIS

TEMA 5. PLANO DE AÇÃO PARA GESTÃO DE RESÍDUOS**AÇÃO 1. ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICO PARA IDENTIFICAR AS FALHAS NO PROCESSO DE GESTÃO DE RESÍDUOS E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES EDUCATIVAS**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Visita técnica para subsidiar a elaboração do relatório; Consolidação dos dados; Definição das ações educativas; Apresentação do diagnóstico.	
OBJETIVOS	Melhorar a gestão de resíduos no Senado Federal; Minimizar as possíveis falhas existentes no processo; Promover a educação ambiental nos ambientes do Senado Federal.	
UNIDADES ENVOLVIDAS	NCAS	
UNIDADE RESPONSÁVEL	NCAS	
META A SER ALCANÇADA	Diagnóstico elaborado	
PRAZO	3 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
5.1.1 Diagnóstico concluído	-	Ao final do prazo

TEMA 5. PLANO DE AÇÃO PARA GESTÃO DE RESÍDUOS**AÇÃO 2. DISPOSIÇÃO DE NOVAS LIXEIRAS OPERANDO EM MODELO ILHA COM QUATRO UNIDADES (VERMELHA, CINZA, MARROM E AZUL)**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Aquisição de novas lixeiras; Substituição do modelo de lixeiras atual por ilhas.	
OBJETIVOS	Promover a separação dos resíduos no ambiente de trabalho e contribuir com a redução dos impactos sobre o meio ambiente	
UNIDADES ENVOLVIDAS	COGER NCAS	
UNIDADE RESPONSÁVEL	COGER NCAS	
META A SER ALCANÇADA	a) 50% b) 100%	
PRAZO	a) 12 meses b) 24 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
5.2.1 Percentual de lixeiras implantadas	$PLI = II/TIP \times 100$ PLI = percentual de lixeiras implantadas II = nº de ilhas implantadas TIP = nº total ilhas previstas	Anual

TEMA 5. PLANO DE AÇÃO PARA GESTÃO DE RESÍDUOS**AÇÃO 3. ATUALIZAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA DESTINAÇÃO DE MATERIAIS REICLÁVEIS A COOPERATIVA DE CATADORES**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Elaboração do termo de referência; Publicação de edital; Assinatura de novo termo compromisso.	
OBJETIVOS	Melhorar a gestão de resíduos no Senado Federal e contribuir com a geração de renda e melhoria da qualidade de vida dos catadores associados à cooperativa	
UNIDADES ENVOLVIDAS	NCAS	
UNIDADE RESPONSÁVEL	NCAS	
META A SER ALCANÇADA	Assinatura de novo termo de compromisso	
PRAZO	6 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
5.3.1 Termo de compromisso assinado	-	Apuração ao final do prazo

TEMA 5. PLANO DE AÇÃO PARA GESTÃO DE RESÍDUOS

AÇÃO 4. REALIZAÇÃO DE MONITORAMENTO QUINZENAL DOS DESCARTES QUANTO À SEPARAÇÃO, À DESTINAÇÃO, AOS VOLUMES E ÀS COLETAS NOS AMBIENTES

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Monitoramento quinzenal dos resíduos coletados	
OBJETIVOS	Promover a separação dos resíduos no ambiente de trabalho e contribuir com a redução dos impactos sobre o meio ambiente	
UNIDADES ENVOLVIDAS	NCAS	
UNIDADE RESPONSÁVEL	NCAS	
META A SER ALCANÇADA	80% em relação aos 24 monitoramentos previstos no ano	
PRAZO	12 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
5.4.1 Percentual de monitoramentos realizados quinzenalmente	$PMQ = \frac{NMR}{NMP} \times 100$ PMQ = percentual de monitoramentos realizados quinzenalmente NMR = nº de monitoramentos realizados NMP = nº de monitoramentos previstos	Anual

TEMA 5. PLANO DE AÇÃO PARA GESTÃO DE RESÍDUOS

AÇÃO 5. DESTINAÇÃO CORRETA DOS RESÍDUOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DO SENADO

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Separação dos resíduos nas unidades; Destinação adequada.	
OBJETIVOS	Promover a separação dos resíduos no ambiente de trabalho e contribuir com a redução dos impactos sobre o meio ambiente	
UNIDADES ENVOLVIDAS	COGER NCAS	
UNIDADE RESPONSÁVEL	COGER	
META A SER ALCANÇADA	80%	
PRAZO	12 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
5.5.1 Percentual do volume (calculado por cubagem) dos resíduos corretamente destinados	$PVR = \frac{VCD}{VT} \times 100$ PVR = percentual do volume (calculado por cubagem) dos resíduos corretamente destinados VCD = volume calculado por cubagem dos resíduos corretamente destinados VT = volume total dos resíduos	Semanal

TEMA 5. PLANO DE AÇÃO PARA GESTÃO DE RESÍDUOS**AÇÃO 6. INCLUSÃO NOS NOVOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCERIZAÇÃO A EXIGÊNCIA DE TREINAMENTO/CAPACITAÇÃO SOBRE GESTÃO DE RESÍDUOS**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Inclusão de cláusulas contratuais com exigência de treinamento/capacitação dos colaboradores terceirizados quanto à gestão dos resíduos	
OBJETIVOS	Garantir a gestão dos resíduos de forma adequada	
UNIDADES ENVOLVIDAS	COGER	
UNIDADE RESPONSÁVEL	COGER	
META A SER ALCANÇADA	100%	
PRAZO	Imediato	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
5.6.1 Percentual de novos contratos com exigência incluída	$PNC = CE/CT \times 100$ PNC = percentual de novos contratos com exigência incluída CE = nº de contratos com as cláusulas de exigência incluídas CT = nº de contratos de terceirização de pessoal	Anual a partir da aprovação do PGLS

TEMA 5. PLANO DE AÇÃO PARA GESTÃO DE RESÍDUOS**AÇÃO 7. IMPLEMENTAÇÃO DE COLETORES DE DESCARTES ESPECIAIS E PROMOÇÃO DA DESTINAÇÃO ADEQUADA DOS RESÍDUOS**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Aquisição de coletores múltiplos para resíduos especiais tais como lâmpadas, pilhas, buchas de cozinha, etc.;	
	Identificação dos locais;	
	Distribuição dos coletores.	
OBJETIVOS	Promover a destinação adequada dos resíduos especiais em consonância com a PNRS	
UNIDADES ENVOLVIDAS	NCAS	
UNIDADE RESPONSÁVEL	NCAS	
META A SER ALCANÇADA	Implementação de coletores	
PRAZO	12 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
5.7.1 Coletores implementados e operantes	-	Única

TEMA 5. PLANO DE AÇÃO PARA GESTÃO DE RESÍDUOS**AÇÃO 8. INCLUSÃO NOS NOVOS CONTRATOS DOS RESTAURANTES E LANCHONETES DE CLÁUSULAS DE EXIGÊNCIA PARA ELIMINAÇÃO DE MATERIAIS DESCARTÁVEIS OU USO DE MATERIAS DESCARTÁVEIS BIODEGRADÁVEIS**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Elaboração de Termo de Referência; Licitação; Contratação.	
OBJETIVOS	Reduzir a geração de resíduos	
UNIDADES ENVOLVIDAS	ASQUALOG NCAS	
UNIDADE RESPONSÁVEL	ASQUALOG	
META A SER ALCANÇADA	100% dos novos contratos	
PRAZO	Imediato	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
5.8.1 Percentual de novos contratos com cláusulas de supressão de materiais descartáveis ou uso de materiais biodegradáveis	$PNCB = TNCB/TNC \times 100$ PNCB = percentual de contratos firmados após a aprovação do PGLS contendo cláusulas de supressão de materiais descartáveis ou uso de materiais biodegradáveis TNCB = total de contratos firmados após a aprovação do PGLS contendo cláusulas de supressão de materiais descartáveis ou uso de materiais biodegradáveis TNC = total de novos contratos firmados após a aprovação do PGLS	Mensal

TEMA 6 – PLANO DE AÇÃO PARA QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO

TEMA 6. PLANO DE AÇÃO PARA QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO

AÇÕES

1. APLICAÇÃO DE PESQUISA DE CLIMA ORGANIZACIONAL NO SENADO FEDERAL

2. DISPONIBILIZAÇÃO DE ESPAÇO SUSTENTÁVEL E ADEQUADO PARA PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS E AÇÕES DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO (QVT)

3. REDUÇÃO DO SEDENTARISMO E ABSENTÉISMO DOS SERVIDORES EFETIVOS DO SENADO FEDERAL

4. INSTALAÇÃO DE RESTAURANTE ORGÂNICO NAS DEPENDÊNCIAS DO SENADO FEDERAL

5. IMPLANTAÇÃO DE FEIRA DE PRODUTOS ORGÂNICOS

TEMA 6. PLANO DE AÇÃO PARA QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO**AÇÃO 1. APLICAÇÃO DE PESQUISA DE CLIMA ORGANIZACIONAL NO SENADO FEDERAL**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Construção do instrumento; Validação do instrumento pela DGER; Construção do sistema no qual o instrumento será disponibilizado (meio eletrônico); Campanhas de divulgação / sensibilização Coleta dos dados; Tabulação / Categorização dos dados Análise dos dados; Divulgação dos resultados;	
OBJETIVOS	Avaliar a percepção dos trabalhadores quanto ao desenvolvimento de iniciativas para preservação do meio ambiente pelo Senado; Avaliar a percepção dos trabalhadores quanto à evitação de desperdício de material em seus respectivos locais de trabalho.	
UNIDADES ENVOLVIDAS	DGER SEGP PRDSTI Data Senado	
UNIDADE RESPONSÁVEL	SEQVR	
META A SER ALCANÇADA	Disponibilização do questionário a 100% do corpo funcional (servidores efetivos e comissionados, terceirizados e estagiários); Obtenção de uma taxa de resposta mínima de 30% de todo o corpo funcional; Obtenção de uma taxa de resposta mínima de 15% por Secretaria.	
PRAZO	24 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
6.1.1 Percentual de servidores com acesso ao questionário	$PSQ = TSQ/TS \times 100$ PSQ = percentual de servidores com acesso ao questionário TSQ = total de servidores com acesso ao questionário TS = total de servidores	Bianual

6.1.2 Percentual de servidores que responderam ao questionário	$PRQ = TRQ/TS \times 100$ PRQ = percentual de servidores que responderam ao questionário TRQ = total de servidores que responderam ao questionário TS = total de servidores	Bianual
6.1.3 Percentual de servidores que responderam ao questionário por Secretaria	$PRQS = TRQS/TSS \times 100$ PRQ = percentual de servidores que responderam ao questionário por Secretaria TRQ = total de servidores que responderam ao questionário por Secretaria TS = total de Servidores por Secretaria	Bianual

TEMA 6. PLANO DE AÇÃO PARA QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO**AÇÃO 2. DISPONIBILIZAÇÃO DE ESPAÇO SUSTENTÁVEL E ADEQUADO PARA PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS E AÇÕES DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO (QVT)**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Práticas de atividades físicas regulares; Aulas e dinâmicas diversas: Yoga, Tai Chi Chuan, defesa pessoal, dança de salão; Grupos de corrida e caminhada; Orientação nutricional; Programas de emagrecimento e alimentação saudável; Programas de exercícios voltados à preparação para a aposentadoria; Programa de gerenciamento de estresse; Dinâmicas de prevenção de dores e DORT's; Workshops diversos de qualidade de vida; Espaço de convivência para realização de oficinas de qualidade de vida.	
OBJETIVOS	Contribuir para diminuição do sedentarismo; Diminuição do absenteísmo por problemas de saúde.	
UNIDADES ENVOLVIDAS	SEGP SEQVR SINFRA Medicina do Trabalho	
UNIDADE RESPONSÁVEL	SEQVR	
META A SER ALCANÇADA	Disponibilização do espaço	
PRAZO	18 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
6.2.1. Espaço Disponibilizado	-	Única - ao final do prazo

TEMA 6. PLANO DE AÇÃO PARA QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO**AÇÃO 3. REDUÇÃO DO SEDENTARISMO E ABSENTEÍSMO DOS SERVIDORES EFETIVOS DO SENADO FEDERAL**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Disponibilização de: Práticas de atividades físicas regulares; Aulas e dinâmicas diversas: Yoga, Tai Chi Chuan, defesa pessoal, dança de salão; Grupos de corrida e caminhada; Orientação nutricional; Programas de emagrecimento e alimentação saudável; Programas de exercícios voltados à preparação para a aposentadoria; Programa de gerenciamento de estresse; Dinâmicas de prevenção de dores e DORT's; Workshops diversos de qualidade de vida; Espaço de convivência para realização de oficinas de qualidade de vida.
OBJETIVOS	Reduzir o sedentarismo e o absenteísmo por problemas de saúde
UNIDADES ENVOLVIDAS	SEGP SEQVR SINFRA Medicina do Trabalho
UNIDADE RESPONSÁVEL	SEQVR
META A SER ALCANÇADA	a) Redução de 10% do sedentarismo a) Redução de 5% do absenteísmo
PRAZO	a) 30 meses b) 42 meses

INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
6.3.1 Percentual de redução de servidores efetivos sedentários	$PSS = (1 - SES_{T1}/SES_{T0}) \times 100$ PSS = percentual de redução de servidores efetivos sedentários SES _{T1} = número de servidores efetivos sedentários no período de apuração SES _{T0} = número total de servidores efetivos sedentários na aprovação do PGLS	Mensal após o prazo
6.3.2 Percentual de absenteísmo entre os servidores que iniciaram a prática de atividade física no espaço sustentável	$PAS = (1 - SEA_{T1}/SEA_{T0}) \times 100$ PAS = percentual de absenteísmo entre os servidores efetivos SEA _{T1} = número de servidores efetivos ausentes no período de apuração SEA _{T0} = número total de servidores efetivos ausentes na aprovação do PGLS	Mensal após o prazo

TEMA 6. PLANO DE AÇÃO PARA QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO**AÇÃO 4. INSTALAÇÃO DE RESTAURANTE ORGÂNICO NAS DEPENDÊNCIAS DO SENADO FEDERAL**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Disponibilização de espaço; Elaboração de Termo de Referência com exigência de 100% de produtos orgânicos; Licitação; Instalação.	
OBJETIVOS	Disponibilizar aos servidores opções de alimentação saudável	
UNIDADES ENVOLVIDAS	ASQUALOG NCAS	
UNIDADE RESPONSÁVEL	ASQUALOG	
META A SER ALCANÇADA	Instalação do restaurante	
PRAZO	24 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
6.4.1 Restaurante instalado	-	Ao final do prazo

TEMA 6. PLANO DE AÇÃO PARA QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO**AÇÃO 5. IMPLANTAÇÃO DE FEIRA DE PRODUTOS ORGÂNICOS**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Disponibilização de espaço; Definição de um dia da semana para funcionamento; Elaboração de acordo com cooperativa de produtores orgânicos/agricultura familiar; Divulgação entre os servidores; Instalação.	
OBJETIVOS	Disponibilizar aos servidores opções de alimentação saudável; Apoiar a agricultura familiar; Contribuir com o fomento da produção orgânica.	
UNIDADES ENVOLVIDAS	DGER SPSF COGER NCAS	
UNIDADE RESPONSÁVEL	NCAS	
META A SER ALCANÇADA	Instalação da feira	
PRAZO	12 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
6.5.1 Feira instalada, funcionando uma vez por semana	-	Ao final do prazo

TEMA 7 – PLANO DE GESTÃO PARA COMPRAS E CONTRATAÇÕES

TEMA 7. PLANO DE AÇÃO PARA COMPRAS E CONTRATAÇÕES

AÇÕES

1. MANUAL DE COMPRAS SUSTENTÁVEIS

2. NÚCLEO DE SUSTENTABILIDADE NA SADCON

3. CAPACITAÇÃO EM COMPRAS E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

4. LOGÍSTICA REVERSA NAS CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES

TEMA 7. PLANO DE AÇÃO PARA COMPRAS E CONTRATAÇÕES**AÇÃO 1. MANUAL DE COMPRAS SUSTENTÁVEIS**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Elaboração de manual de orientação sobre compras e contratações sustentáveis	
OBJETIVOS	Fornecer subsídios para que servidores e gestores possam incluir com segurança critérios de sustentabilidade nas contratações do Senado	
UNIDADES ENVOLVIDAS	SADCON NCAS ILB ADVOSF SEGRAF Áreas técnicas	
UNIDADE RESPONSÁVEL	NCAS	
META A SER ALCANÇADA	Elaboração do manual	
PRAZO	12 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
7.1.1 Manual elaborado	-	Única

TEMA 7. PLANO DE AÇÃO PARA COMPRAS E CONTRATAÇÕES**AÇÃO 2. NÚCLEO DE SUSTENTABILIDADE NA SADCON**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Criação de núcleo de sustentabilidade na estrutura da SADCON; Disponibilização de quatro servidores para o núcleo, sendo dois para elaboração de editais e dois para compras diretas; Capacitação avançada de servidores do núcleo em contratações sustentáveis.	
OBJETIVOS	Possibilitar que o Senado alcance excelência em compras e contratações sustentáveis, adequando todos os processos à inclusão de critérios de sustentabilidade	
UNIDADES ENVOLVIDAS	SADCON NCAS ILB DGER	
UNIDADE RESPONSÁVEL	SADCON	
META A SER ALCANÇADA	Núcleo instituído com quatro servidores capacitados	
PRAZO	12 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
7.2.1 Núcleo instituído	-	Única
7.2.2 Número de servidores disponibilizados	-	Anual
7.2.3 Número de servidores capacitados	-	Anual

TEMA 7. PLANO DE AÇÃO PARA COMPRAS E CONTRATAÇÕES**AÇÃO 3. CAPACITAÇÃO EM COMPRAS E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Estabelecimento de parcerias com Ministério do Planejamento, TCU e outros órgãos e entidades para capacitação de servidores; Capacitação de servidores em todos os órgãos do Senado que demandem compras e contratações.	
OBJETIVOS	Possibilitar que as áreas técnicas tenham competência para incluir critérios de sustentabilidade nos DOD, Termos de Referência, Projetos Básicos, Editais, etc.	
UNIDADES ENVOLVIDAS	SADCON ILB NCAS	
UNIDADE RESPONSÁVEL	ILB	
META A SER ALCANÇADA	80% das unidades técnicas com pelo menos dois servidores capacitados	
PRAZO	12 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
7.3.1 Percentual de unidades técnicas com dois servidores capacitados	$PUSC = UTSC/TU \times 100$ PUSC = percentual de unidades técnicas com dois servidores capacitados UTSC = unidades técnicas com dois servidores capacitados TU = total de unidades técnicas	Anual

TEMA 7. PLANO DE AÇÃO PARA COMPRAS E CONTRATAÇÕES**AÇÃO 4. LOGÍSTICA REVERSA NAS CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Inclusão de cláusulas de obrigatoriedade do fornecedor ou contratado em receber e dar destinação adequada a todos os resíduos para os quais exista obrigação legal ou sistema de logística reversa implantado	
OBJETIVOS	Mitigar os impactos ambientais gerados pelo consumo e contratação de serviços pelo Senado, bem como evitar a responsabilização da Casa por disposição inadequada de resíduos sólidos	
UNIDADES ENVOLVIDAS	SADCON Órgãos técnicos ADVOSF NCAS	
UNIDADE RESPONSÁVEL	SADCON Área técnica	
META A SER ALCANÇADA	100% dos novos contratos e aquisições que envolvam produtos e resíduos listados no art. 33 da Lei 12.305/2010 ou que tenham sistemas de logística reversa implantados	
PRAZO	Imediato	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
7.4.1 Percentual de novos contratos e aquisições adequados	PNCA = NCA/TC PNCA = percentual de novos contratos e aquisições adequados NCA = número de novos contratos e aquisições adequados TC= total de contratos	Anual

TEMA 8 – DESLOCAMENTO DE PESSOAL

TEMA 8. PLANO DE AÇÃO PARA DESLOCAMENTO DE PESSOAL

AÇÕES

1. UTILIZAÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS NA FROTA PRÓPRIA OU LOCADA.
2. REDUÇÃO DO NÚMERO DE VANS NO SISTEMA DE INTEGRAÇÃO
3. PAVIMENTAÇÃO E COBERTURA ADEQUADAS ENTRE OS DIVERSOS PRÉDIOS DA ÁREA ADMINISTRATIVA DO SENADO FEDERAL
4. EXIGÊNCIA DE ETIQUETA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS VEÍCULOS LOCADOS OU ADQUIRIDOS PELO SENADO FEDERAL
5. IMPLEMENTAÇÃO DE TRANSPORTE ENTRE A RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO E O SENADO FEDERAL COM ÔNIBUS QUE UTILIZE FONTE ENERGÉTICA NÃO FÓSSIL.
6. CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIOS ADEQUADOS PARA CICLISTAS
7. REDUÇÃO DO NÚMERO DE VEÍCULOS DISPONÍVEIS PARA DESLOCAMENTO DE COLABORADORES EM SERVIÇO.
8. CRIAÇÃO DE BOLSÃO DE VAGAS PREFERENCIAIS PARA CARROS CUJA OCUPAÇÃO SEJA IGUAL OU SUPERIOR A TRÊS PESSOAS
9. EMISSÃO DE PASSAGENS AÉREAS POR MEIO DE SISTEMA INFORMATIZADO
10. ATRIBUIÇÃO DE MARGEM DE PREFERÊNCIA DE 30% EM RELAÇÃO À COTAÇÃO MAIS BARATA PARA EMISSÃO DE PASSAGENS COM COMPANHIAS AÉREAS QUE OPEREM COM O SISTEMA RNP AR OU PROGRAMAS EQUIVALENTES
11. EMISSÃO DIRETA DE PASSAGENS NACIONAIS COM AS COMPANHIAS AÉREAS, SEM A NECESSIDADE DE INTERMEDIÇÃO DAS AGÊNCIAS DE VIAGEM
12. REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DE COMISSÕES PERMANENTES COM O AUXÍLIO DE SISTEMA DE VÍDEO CONFERÊNCIA
13. EMISSÃO DE PASSAGENS AÉREAS COM ESCOLHA DE ROTEIROS COM MENOR PEGADA DE CARBONO

TEMA 8. PLANO DE AÇÃO PARA DESLOCAMENTO DE PESSOAL**AÇÃO 1. UTILIZAÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS NA FROTA PRÓPRIA OU LOCADA**

DETALHAMENTO DA AÇÃO	Substituição dos combustíveis disponíveis para abastecimentos dos veículos no Serviço de Transportes e a previsão contratual de uso de biocombustíveis, quando for o caso	
OBJETIVOS	Reduzir a emissão de gases que promovem o efeito estufa e a utilização de combustíveis fósseis	
UNIDADES ENVOLVIDAS	SPATR (COGER)/NCAS	
UNIDADE RESPONSÁVEL	SPATR (COGER)	
META A SER ALCANÇADA	80% do consumo da frota de veículos leves	
PRAZO	a) 6 meses para veículos que abastecem no Senado Federal b) Maio/2017 para veículos cujo abastecimento é de responsabilidade da locadora	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
8.1.1 Percentual de biocombustíveis utilizados na frota do SF	$PB = TB/TC \times 100$ PB = percentual de biocombustíveis utilizados na frota do SF TB = total de biocombustíveis utilizados na frota do SF TC = total de combustível utilizado na frota do SF	Mensal

TEMA 8. PLANO DE AÇÃO PARA DESLOCAMENTO DE PESSOAL**AÇÃO 2. REDUÇÃO DO NÚMERO DE VANS NO SISTEMA DE INTEGRAÇÃO**

DETALHAMENTO DA AÇÃO	Redução em 18 meses do número de vans de quatro para duas
OBJETIVOS	Diminuir a emissão de poluentes; Desincentivar o uso de automóveis
UNIDADES ENVOLVIDAS	DGER; COGER
UNIDADE RESPONSÁVEL	DGER; COGER
META A SER ALCANÇADA	a) Redução de 25% b) Redução de 50%
PRAZO	a) 12 meses b) 18 meses

INDICADORES

NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
8.2.1 Redução do percentual de vans disponíveis para deslocamento interno em relação ao total em uso atualmente	$RPV = (1 - NV_{T1} / NV_{T0}) \times 100$ RPV = redução do percentual de vans disponíveis para deslocamento interno em relação ao total em uso atualmente $NV_{T1} = n^{\circ}$ de vans disponíveis	

TEMA 8. PLANO DE AÇÃO PARA DESLOCAMENTO DE PESSOAL**AÇÃO 3. PAVIMENTAÇÃO E COBERTURA ADEQUADAS ENTRE OS DIVERSOS PRÉDIOS DA ÁREA ADMINISTRATIVA DO SENADO FEDERAL**

DETALHAMENTO DA AÇÃO	Estudo de locação para pavimentação e cobertura dos caminhos; Execução da cobertura e pavimentação.	
OBJETIVOS	Racionalizar o uso das vans de transporte interno e estimular o deslocamento a pé nas dependências do Senado	
UNIDADES ENVOLVIDAS	SINFRA	
UNIDADE RESPONSÁVEL	SINFRA	
META A SER ALCANÇADA	Construção das calçadas pavimentadas e cobertas	
PRAZO	18 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
8.3.1 Calçadas construídas, pavimentadas e cobertas	-	Única - ao final do prazo

TEMA 8. PLANO DE AÇÃO PARA DESLOCAMENTO DE PESSOAL**AÇÃO 4. EXIGÊNCIA DE ETIQUETA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS VEÍCULOS LOCADOS OU ADQUIRIDOS PELO SENADO FEDERAL**

DETALHAMENTO DA AÇÃO	Opção pela aquisição de produtos que possuam a ENCE da classe de maior eficiência, representada pela letra "A", sempre que haja no mínimo 3 fornecedores de produtos nessa classe	
OBJETIVOS	Reduzir a emissão de Gases do Efeito Estufa nas atividades do Senado Federal	
UNIDADES ENVOLVIDAS	SPATR (COGER)	
UNIDADE RESPONSÁVEL	SPATR (COGER)	
META A SER ALCANÇADA	90% da frota de veículos	
PRAZO	Maio /2017, ao final dos contratos de locação vigentes atualmente	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
8.4.1 Percentual de veículos com melhor categoria possível na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE	$PVEE = VEE/TV \times 100$ PVEE = percentual de veículos com melhor categoria possível na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE VEE = total de veículos com melhor categoria possível na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE TV= total de veículos	Mensal a partir do prazo de maio de 2017

TEMA 8. PLANO DE AÇÃO PARA DESLOCAMENTO DE PESSOAL**AÇÃO 5. IMPLEMENTAÇÃO DE TRANSPORTE ENTRE A RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO E O SENADO FEDERAL COM ÔNIBUS QUE UTILIZE FONTE ENERGÉTICA NÃO FÓSSIL**

DETALHAMENTO DA AÇÃO	Manutenção de uma frota de ônibus movidos a biodiesel para fazer o transporte dos colaboradores entre o Senado Federal e a Rodoviária do Plano Piloto	
OBJETIVOS	Estimular o uso de transporte público; Reduzir o número de veículos em circulação; Reduzir a emissão de gases poluentes.	
UNIDADES ENVOLVIDAS	DGER COGER	
UNIDADE RESPONSÁVEL	DGER COGER	
META A SER ALCANÇADA	Ônibus disponibilizado para os colaboradores	
PRAZO	12 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
8.5.1 Transporte implementado	-	Anual

TEMA 8. PLANO DE AÇÃO PARA DESLOCAMENTO DE PESSOAL**AÇÃO 6. CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIOS ADEQUADOS PARA CICLISTAS**

DETALHAMENTO DA AÇÃO	Disponibilização de vestiários com infraestrutura para higiene e guarda dos pertences dos usuários
OBJETIVOS	Estimular o uso de bicicletas ou outros transportes não poluentes
UNIDADES ENVOLVIDAS	NCAS/SINFRA
UNIDADE RESPONSÁVEL	NCAS/SINFRA
META A SER ALCANÇADA	Readequação e construção de vestiários
PRAZO	24 meses

INDICADORES

NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
8.6.1 Vestiário (s) construído	-	Após 24 meses
8.6.2 Armários não rotativos em quantidade adequada	-	Após 24 meses

TEMA 8. PLANO DE AÇÃO PARA DESLOCAMENTO DE PESSOAL**AÇÃO 7. REDUÇÃO DO NÚMERO DE VEÍCULOS DISPONÍVEIS PARA DESLOCAMENTO DE COLABORADORES EM SERVIÇO**

DETALHAMENTO DA AÇÃO	Redução em 18 meses do número de carros	
OBJETIVOS	Diminuir a emissão de poluentes	
UNIDADES ENVOLVIDAS	DGER COGER	
UNIDADE RESPONSÁVEL	DGER COGER	
META A SER ALCANÇADA	Redução de 10%	
PRAZO	18 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
8.7.1 Percentual de redução de veículos disponíveis para uso em serviço em relação ao total em uso	$PRV = (1 - NV_{T1}/NV_{T0}) \times 100$ PRV = percentual de redução de veículos disponíveis para uso em serviço em relação ao total em uso NV _{T1} = n° de veículos na data de aferição NV _{T0} = n° de veículos na aprovação do PGLS	A cada 18 meses

TEMA 8. PLANO DE AÇÃO PARA DESLOCAMENTO DE PESSOAL**AÇÃO 8. CRIAÇÃO DE BOLSÃO DE VAGAS PREFERENCIAIS PARA CARROS CUJA OCUPAÇÃO SEJA IGUAL OU SUPERIOR A TRÊS PESSOAS**

DETALHAMENTO DA AÇÃO	Implantar o controle de verificação dos ocupantes pelos vigilantes da guarita	
OBJETIVOS	Estimular a carona solidária entre os colaboradores	
UNIDADES ENVOLVIDAS	SPSF/SINFRA/DGER	
UNIDADE RESPONSÁVEL	SPSF	
META A SER ALCANÇADA	20 vagas preferenciais implantadas	
PRAZO	6 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
8.8.1 N° de vagas preferenciais implantadas	-	Semestral

TEMA 8. PLANO DE AÇÃO PARA DESLOCAMENTO DE PESSOAL**AÇÃO 9. EMISSÃO DE PASSAGENS AÉREAS POR MEIO DE SISTEMA INFORMATIZADO**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Desenvolvimento do sistema; Teste do sistema; Operação do sistema.	
OBJETIVOS	Racionalizar gastos com a aquisição de passagens aéreas, selecionar trechos com menos emissões de gases do efeito estufa	
UNIDADES ENVOLVIDAS	ASQUALOG/PRDSTI/SAFIN	
UNIDADE RESPONSÁVEL	ASQUALOG/PRDSTI/SAFIN	
META A SER ALCANÇADA	a) 80% b) 100%	
PRAZO	a) 12 meses b) 18 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
8.9.1 Percentual de passagens aéreas emitidas via sistema informatizado em relação ao total de passagens aéreas emitidas após a implementação do sistema	$PPS = PES/TP \times 100$ PPS = percentual de passagens aéreas emitidos via sistema informatizado PES= total de passagens emitidas via sistema TP = total de passagens emitidas após a implementação do sistema	Mensal após a implementação do sistema

TEMA 8. PLANO DE AÇÃO PARA DESLOCAMENTO DE PESSOAL**AÇÃO 10. ATRIBUIÇÃO DE MARGEM DE PREFERÊNCIA DE 30% EM RELAÇÃO À COTAÇÃO MAIS BARATA PARA EMISSÃO DE PASSAGENS COM COMPANHIAS AÉREAS QUE OPEREM COM O SISTEMA RNP AR OU PROGRAMAS EQUIVALENTES**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Levantamento de localidades e companhias que operam com o sistema; Definição de metodologia; Implantação da ação
OBJETIVOS	Reduzir emissões de gases do efeito estufa
UNIDADES ENVOLVIDAS	DGER ASQUALOG
UNIDADE RESPONSÁVEL	ASQUALOG
META A SER ALCANÇADA	10%
PRAZO	12 meses

NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
8.10.1 Percentual de bilhetes emitidos para voos que utilizam o sistema RNP AR ou equivalente nas localidades onde esta tecnologia estiver disponível	$PRNP = RNP/TBL \times 100$ PRNP = percentual de bilhetes emitidos para voos que utilizam o sistema RNP AR ou equivalente nas localidades onde esta tecnologia estiver disponível RNP = total de bilhetes emitidos para voos que utilizam o sistema RNP AR ou equivalente nas localidades onde esta tecnologia estiver disponível TBL = total de bilhetes emitidos na localidade nas quais a tecnologia RNP AR estiver disponível	Mensal

TEMA 8. PLANO DE AÇÃO PARA DESLOCAMENTO DE PESSOAL**AÇÃO 11. EMISSÃO DIRETA DE PASSAGENS NACIONAIS COM AS COMPANHIAS AÉREAS, SEM A NECESSIDADE DE INTERMEDIÇÃO DAS AGÊNCIAS DE VIAGEM**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Definição da metodologia; Desenvolvimento do sistema; Implantação da ação.	
OBJETIVOS	Economizar recursos	
UNIDADES ENVOLVIDAS	ASQUALOG	
UNIDADE RESPONSÁVEL	ASQUALOG	
META A SER ALCANÇADA	100%	
PRAZO	24 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
8.11.1 Percentual de passagens aéreas emitidas sem intermediação de agências de viagem	$PPED = PED/TP \times 100$ PPED = percentual de passagens emitidas diretamente PED = passagens emitidas diretamente TP = total de passagens	Mensal

TEMA 8. PLANO DE AÇÃO PARA DESLOCAMENTO DE PESSOAL**AÇÃO 12. REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DE COMISSÕES PERMANENTES COM O AUXÍLIO DE SISTEMA DE VÍDEO CONFERÊNCIA**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Realização de audiência pública	
OBJETIVOS	Economizar recursos e diminuir a quantidade de emissões de gases do efeito estufa	
UNIDADES ENVOLVIDAS	Comissão Diretora/SGM	
UNIDADE RESPONSÁVEL	Comissão Diretora/SGM	
META A SER ALCANÇADA	3	
PRAZO	12 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
8.12.1 Número de audiências públicas com o auxílio de sistema de vídeo conferência	-	Anual

TEMA 8. PLANO DE AÇÃO PARA DESLOCAMENTO DE PESSOAL**AÇÃO 13. EMISSÃO DE PASSAGENS AÉREAS COM ESCOLHA DE ROTEIROS COM MENOR PEGADA DE CARBONO**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Havendo mais de uma opção de roteiro escolher aquele com menor pegada de Carbono utilizando-se a ferramenta <i>Carbon Emissions Calculator (CEC)</i> , da <i>International Civil Aviation Organization – ICAO</i>	
OBJETIVOS	Reduzir a emissão de gases do efeito estufa	
UNIDADES ENVOLVIDAS	ASQUALOG	
UNIDADE RESPONSÁVEL	ASQUALOG	
META A SER ALCANÇADA	70%	
PRAZO	12 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
8.13.1 Percentual de passagens emitidas escolhidas por meio da CEC	$PCEC = CEC/TP \times 100$ PCEC = passagens emitidas escolhidas por meio da CEC CEC = passagens emitidas escolhidas por meio da CEC TP = total de passagens	Mensal

TEMA 9: PLANO DE AÇÃO PARA ARBORIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES

AÇÃO

1. AUMENTO DA PRODUÇÃO DE VEGETAÇÃO PAISAGÍSTICA

2. AUMENTO DA PRODUÇÃO LOCAL DE ADUBOS ORGÂNICOS

3. UTILIZAÇÃO DOS RESÍDUOS VEGETAIS NA JARDINAGEM DO SENADO FEDERAL

4. ESTABELECIMENTO DE MECANISMOS DE GESTÃO DE PODAS, ERRADIÇÃO E PLANTIO DE ÁRVORES

5. ESTABELECIMENTO DE MECANISMOS DE CONTROLE DA IRRIGAÇÃO DO JARDIM

6. ELIMINAÇÃO DO USO DE AGROTÓXICOS NA MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES E NO VIVEIRO

7. REDUÇÃO DO USO DE ADUBOS QUÍMICOS NA ADUBAÇÃO DE ÁREAS VERDES E NO VIVEIRO

8. MITIGAÇÃO DE EMISSÕES DE CARBONO POR MEIO DO PLANTIO VEGETAL

9. ADEQUAÇÃO DAS ÁREAS VERDES PARA REDUÇÃO DA DEMANDA HÍDRICA

10. EXECUÇÃO DE PROJETO PILOTO DE JARDIM VERTICAL

TEMA 9. PLANO DE AÇÃO PARA ARBORIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES**AÇÃO 1. AUMENTO DA PRODUÇÃO DE VEGETAÇÃO PAISAGÍSTICA**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	<p>Plantio de matrizes para reprodução;</p> <p>Estabelecimento de protocolo de coleta e armazenamento de sementes;</p> <p>Treinamento para aperfeiçoamento dos gerentes nas técnicas de propagação por sementes, estaquia, alporquia e outras;</p> <p>Produção de mudas de flores, forrações, arbustos e árvores.</p>	
OBJETIVOS	<p>Suprir a necessidade de plantas ornamentais para o paisagismo de toda a área ajardinada no Senado Federal;</p> <p>Produzir mudas arbóreas para cumprimento de obrigações e execução de projetos ambientais;</p> <p>Reduzir a aquisição de plantas através do processo licitatório ou do contrato de manutenção.</p>	
UNIDADES ENVOLVIDAS	NCAS COGER	
UNIDADE RESPONSÁVEL	NCAS COGER	
META A SER ALCANÇADA	<p>a) 90% de produção própria de flores e forrações;</p> <p>b) 90% de produção de arbustos de pequeno porte;</p> <p>c) 90% de produção de arbustos de grande porte;</p> <p>d) Início da produção de mudas arbóreas.</p>	
PRAZO	<p>a) 12 meses</p> <p>b) 24 meses</p> <p>c) 36 meses</p> <p>d) 12 meses</p>	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
9.1.1. Percentual de plantas produzidas no viveiro em relação ao total de plantas utilizadas no paisagismo	$PPP = \frac{MPP}{MT} \times 100$ PPP= percentual de produção própria MPP= nº de mudas em produção própria MT = total de mudas utilizadas	Anual
9.1.2 Produção de mudas arbóreas iniciada	-	Anual

TEMA 9. PLANO DE AÇÃO PARA ARBORIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES**AÇÃO 2. AUMENTO DA PRODUÇÃO LOCAL DE ADUBOS ORGÂNICOS**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Desenvolvimento de sistema de aferição da produção Preparação logística; Produção de adubos em maior quantidade.	
OBJETIVOS	Aproveitar os resíduos orgânicos gerados no Senado Federal	
UNIDADES ENVOLVIDAS	NCAS COGER	
RESPONSÁVEIS	NCAS COGER	
META A SER ALCANÇADA	150%	
PRAZO	24 meses: aumento de 20% na produção na produção atual 36 meses: aumento de 45% na produção atual 48 meses: aumento de 75% na produção atual 60 meses: aumento de 110% na produção atual 72 meses: aumento de 150% na produção atual	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
9.2.1 Percentual do aumento de produção do composto	$A = (C_{TN} \times 100 / C_{T0}) - 100$ A = aumento da produção em % C _{TN} = composto produzido no ano de aferição da meta C _{T0} = composto produzido na data de aprovação do PGLS	24 meses na primeira aferição e depois anualmente

TEMA 9. PLANO DE AÇÃO PARA ARBORIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES**AÇÃO 3. UTILIZAÇÃO DOS RESÍDUOS VEGETAIS NA JARDINAGEM DO SENADO FEDERAL**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Desenvolvimento de sistema de aferição das quantidades de resíduos produzidos e descartados; Compra de um picador de resíduos capaz de transformar galhos em cavacos de madeira a serem utilizados na cobertura dos canteiros.	
OBJETIVOS	Aproveitar os resíduos vegetais gerados no Senado Federal	
UNIDADES ENVOLVIDAS	NCAS COGER	
RESPONSÁVEIS	NCAS COGER	
META A SER ALCANÇADA	a) 80% dos resíduos gerados b) 95% dos resíduos gerados	
PRAZO	a) 12 meses b) 24 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
9.3.1 Percentual de resíduos vegetais utilizados na jardinagem	$PRA = QRA / QRG \times 100$ PRA = percentual de resíduos vegetais utilizados na jardinagem QRA=quantidade de resíduos aproveitados QRG = quantidade de resíduos gerados	Anual

TEMA 9. PLANO DE AÇÃO PARA ARBORIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES**AÇÃO 4. ESTABELECIMENTO DE MECANISMOS DE GESTÃO DE PODAS, ERRADIÇÃO E PLANTIO DE ÁRVORES**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Elaboração de Mapa de Risco; Elaboração de plano de monitoramento, poda e erradicação; Definição de instância decisória; Elaboração de inventário.	
OBJETIVOS	Garantir a manutenção de áreas verdes para promoção da qualidade de vida e prestação de serviços ambientais	
UNIDADES ENVOLVIDAS	NCAS COGER	
UNIDADE RESPONSÁVEL	NCAS COGER	
META A SER ALCANÇADA	Inventário da vegetação Plano de monitoramento	
PRAZO	12 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
9.4.1 Mapa de risco elaborado	-	Anual
9.4.2 Plano de monitoramento elaborado	-	Anual
9.4.3 Inventário elaborado	-	Anual

TEMA 9. PLANO DE AÇÃO PARA ARBORIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES**AÇÃO 5. ESTABELECIMENTO DE MECANISMOS DE CONTROLE DA IRRIGAÇÃO DOS JARDINS**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Elaboração de mapa de controle de irrigação; Supressão da irrigação durante o período chuvoso; Implementação da irrigação por gotejamento Redução da irrigação manual; Implantação de sistema de irrigação automatizado.	
OBJETIVOS	Economizar água	
UNIDADES ENVOLVIDAS	NCAS COGER SINFRA	
RESPONSÁVEIS	SINFRA/COGER	
META A SER ALCANÇADA	a) Conclusão do mapa de controle de irrigação b) Ausência de irrigação no período chuvoso c) 20% das áreas ajardinadas com irrigação por gotejamento d) Automação do sistema de irrigação	
PRAZO	a) 12 meses b) imediato c) 12 meses d) 36 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
9.5.1 Mapa de controle de irrigação concluído	-	Anual
9.5.2 Irrigação suprimida no período chuvoso	-	Anual
9.5.3 Percentual das áreas ajardinadas com irrigação por gotejamento	$PAG = AIG / ATA \times 100$ PAG = percentual das áreas ajardinadas com irrigação por gotejamento AIG = área total ajardinada irrigada por gotejamento ATA = área total ajardinada	Anual
9.5.4 Sistema de automação implementado	-	Após 36 meses

TEMA 9. PLANO DE AÇÃO PARA ARBORIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES**AÇÃO 6. ELIMINAÇÃO DO USO DE AGROTÓXICOS NA MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES E NO VIVEIRO**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Erradicação completa do uso de agrotóxicos na manutenção das áreas verdes e viveiro; Elaboração de protocolo de controle de pragas de forma sustentável.	
OBJETIVOS	Adotar práticas mais sustentáveis na manutenção de áreas verdes	
UNIDADES ENVOLVIDAS	NCAS COGER	
RESPONSÁVEIS	NCAS COGER	
META A SER ALCANÇADA	Eliminação total do uso de agrotóxico	
PRAZO	12 meses.	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
9.6.1 Uso de defensivo	-	Anual

TEMA 9. PLANO DE AÇÃO PARA ARBORIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES**AÇÃO 7. REDUÇÃO DO USO DE ADUBOS QUÍMICOS NA ADUBAÇÃO DE ÁREAS VERDES E NO VIVEIRO**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Aumento da produção de adubos orgânicos; Redução progressiva do uso de adubos químicos.
OBJETIVOS	Adotar práticas mais sustentáveis na manutenção de áreas verdes
UNIDADES ENVOLVIDAS	NCAS COGER
RESPONSÁVEIS	NCAS COGER
META A SER ALCANÇADA	a) 20% b) 40% c) 60%
PRAZO	a) 12 meses b) 24 meses c) 36 meses

INDICADORES

NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
9.7.1 Percentual de redução do uso de adubos químicos	$PRAQ = (1 - AQKgT_1 / AQKgT_0) \times 100$ PRAQ = percentual de adubo químico AQKgT ₁ = total anual em kg de adubo químico utilizado no final do prazo AQKgT ₀ = total anual em kg de adubo químico utilizado inicialmente	Anual

TEMA 9. PLANO DE AÇÃO PARA ARBORIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES**TEMA 9. PLANO DE AÇÃO PARA ARBORIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES****AÇÃO 8. MITIGAÇÃO DE EMISSÕES DE CARBONO POR MEIO DO PLANTIO VEGETAL**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Realização de pesquisa: <i>Plantio vegetal para minimização de emissões de CO² no Senado Federal</i> ; Produção de mudas; Plantio das mudas.	
OBJETIVOS	Compensar emissões de carbono do Senado Federal	
UNIDADES ENVOLVIDAS	NCAS COGER	
RESPONSÁVEIS	NCAS COGER	
META A SER ALCANÇADA	a) Finalização da pesquisa b) 5.000 mudas	
PRAZO	a) 12 meses b) 48 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
9.8.1. Pesquisa realizada	-	Anual
9.8.2 N° de mudas produzidas e plantadas	-	Anual

AÇÃO 9. ADEQUAÇÃO DAS ÁREAS VERDES PARA REDUÇÃO DA DEMANDA HÍDRICA

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Substituição gradual das plantas dos jardins por outras de espécies de baixa demanda hídrica
OBJETIVOS	Economizar água
UNIDADES ENVOLVIDAS	NCAS COGER
RESPONSÁVEIS	NCAS COGER
META A SER ALCANÇADA	a) 20% b) 40% c) 60%
PRAZO	a) 12 meses b) 24 meses c) 36 meses

INDICADORES

NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
9.9.1 Percentual de áreas ajardinadas ocupadas por espécies de baixa demanda hídrica	$PABDH = \frac{ABDH}{ATA} \times 100$ PABDH = percentual de áreas ajardinadas ocupadas por espécies de baixa demanda hídrica ABDH = área ajardinada ocupada por espécies de baixa demanda hídrica ATA = área total ajardinada	Anual

TEMA 9. PLANO DE AÇÃO PARA ARBORIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES**AÇÃO 10. EXECUÇÃO DE PROJETO PILOTO DE JARDIM VERTICAL**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Escolha do local apropriado; Execução de projeto paisagístico; Preparação das mudas; Preparação dos suportes; Plantio e implantação.	
OBJETIVOS	Implantar projeto piloto de um jardim vertical	
UNIDADES ENVOLVIDAS	NCAS COGER	
RESPONSÁVEIS	NCAS COGER	
META A SER ALCANÇADA	a) Definição do local b) Elaboração do projeto c) Preparação das mudas d) Preparação dos suportes e) Implantação	
PRAZO	a) 6 meses b) 12 meses c) 18 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
9.10.1 Local definido		Semestral
9.10.2 Projeto paisagístico elaborado		Semestral
9.10.4 Mudas preparadas		Semestral
9.10.4 Suportes preparados		Semestral
9.10.5 Plantio executado		Semestral

TEMA 10 – PLANO DE AÇÃO PARA SERVIÇOS GRÁFICOS

TEMA 10. PLANO DE AÇÃO PARA SERVIÇOS GRÁFICOS

AÇÕES

1. RETIRADA DE RESÍDUOS QUÍMICOS

2. ADEQUAÇÃO DOS NOVOS TERMOS DE REFERÊNCIA

3. AQUISIÇÃO DE NOVO CONTÊINER

4. ADEQUAÇÃO DE LIXEIRAS

5. PROMOÇÃO DE MELHORA NO SISTEMA DE DESCARTE

6. REDUÇÃO DO NÚMERO DE PROCESSOS DE COMPRAS

7. SUBSTITUIÇÃO DE TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO

TEMA 10. PLANO DE AÇÃO PARA SERVIÇOS GRÁFICOS**AÇÃO 1. RETIRADA DE RESÍDUOS QUÍMICOS**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Retirada de embalagens e resíduos químicos decorrentes de contratos já existentes através de contratação de empresa especializada	
OBJETIVOS	Destinação adequada de resíduos químicos	
UNIDADES ENVOLVIDAS	SEGRAF NCAS	
UNIDADE RESPONSÁVEL	SEGRAF	
META A SER ALCANÇADA	100% das embalagens e resíduos produzidos na SEGRAF	
PRAZO	4 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
10.1.1 Processo de contratação	Realização termo de referência com caráter emergencial	Ao final da tramitação
10.1.2 Eliminação dos resíduos	Concluir processo de eliminação de resíduos	Através de documento expedido pelo NCAS

TEMA 10. PLANO DE AÇÃO PARA SERVIÇOS GRÁFICOS**AÇÃO 2. ADEQUAÇÃO DOS NOVOS TERMOS DE REFERÊNCIA**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Adequação dos novos termos de referência referentes a insumos gráficos geradores de resíduos nocivos, para inserir cláusula de Logística Reversa, de acordo com o art. 33 da lei nº 12.305/2010 e parecer nº251/2015 da Advocacia do Senado Federal	
OBJETIVOS	Destinação adequada de resíduos químicos	
UNIDADES ENVOLVIDAS	SEGRAF	
UNIDADE RESPONSÁVEL	SEGRAF	
META A SER ALCANÇADA	80%	
PRAZO	12 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
10.2.1 Percentual de termos de referência adequados	$PTRA = \frac{TRLR}{TRRN} \times 100$ PTRA = percentual de termos de referência adequados TRLR = termos de referência com cláusula de logística reversa TRRN = termos de referência que envolvam compra ou utilização de insumos geradores de resíduos nocivos	Anual (Através de conferência de todos os termos de referência apresentados pela Secretaria no ano corrente)

TEMA 10. PLANO DE AÇÃO PARA SERVIÇOS GRÁFICOS**AÇÃO 3. AQUISIÇÃO DE NOVO CONTÊINER**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Aquisição de contêiner adequado para descarte de resíduos químicos	
OBJETIVOS	Destinação adequada de resíduos químicos	
UNIDADES ENVOLVIDAS	SEGRAF	
UNIDADE RESPONSÁVEL	SEGRAF	
META A SER ALCANÇADA	Compra de contêiner	
PRAZO	12 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
10.3.1 Contêiner comprado	-	Única

TEMA 10. PLANO DE AÇÃO PARA SERVIÇOS GRÁFICOS**AÇÃO 4. ADEQUAÇÃO DE LIXEIRAS**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Reutilização das lixeiras trocadas pelo Senado Federal, adequando-as em número, cores e tipologia indicada para o SEIMOF	
OBJETIVOS	Melhorar descarte e promover reciclagem.	
UNIDADES ENVOLVIDAS	SEGRAF	
UNIDADE RESPONSÁVEL	SEGRAF	
META A SER ALCANÇADA	Instalação de 20 lixeiras, sendo 5 para lixo seco, 5 para lixo molhado, 5 para papel e 5 para insumos químicos	
PRAZO	12 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
10.4.1 Número de lixeiras	-	Mensal com verificação <i>in loco</i>

TEMA 10. PLANO DE AÇÃO PARA SERVIÇOS GRÁFICOS**AÇÃO 5. PROMOÇÃO DE MELHORIA NO SISTEMA DE DESCARTE**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Melhoria no sistema de descarte por parte dos colaboradores, por meio de inspeções operacionais e uso de indicadores visuais	
OBJETIVOS	Reduzir a mistura de lixo seco, molhado e tóxico nas lixeiras do SEIMOF	
UNIDADES ENVOLVIDAS	SEGRAF	
UNIDADE RESPONSÁVEL	SEGRAF	
META A SER ALCANÇADA	10%	
PRAZO	12 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
10.5.1 Percentual de ocorrências vermelhas (mistura detectada)	$POV = \frac{QLOV}{TLS} \times 100$ POV = percentual de ocorrências vermelhas (mistura detectada) QLOV = quantidade de lixeiras com ocorrências vermelha TLS = total de lixeiras do serviço	Mensal

TEMA 10. PLANO DE AÇÃO PARA SERVIÇOS GRÁFICOS**AÇÃO 6. REDUÇÃO DO NÚMERO DE PROCESSOS DE COMPRAS**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Dimensionamento dos processos de compra de insumos na Secretaria de forma que cada serviço realize apenas um processo de compra anual, dando preferência a ARP, sempre que possível e conveniente	
OBJETIVOS	Diminuir a quantidade anual de processos de compras de insumos gráficos e contratação de empresas	
UNIDADES ENVOLVIDAS	SEGRAF SEGRAF	
UNIDADE RESPONSÁVEL	SEGRAF	
META A SER ALCANÇADA	Coeficiente <1	
PRAZO	12 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
10.6.1 Coeficiente de variação de número de processos de compra	CVPC = NPCA/NPCAA CVPC = coeficiente de variação de número de processos de compra NPCA = número de processo de compras no ano NPCAA = número de processo de compras no ano anterior	Anual Relatório expedido pelo EGRAF

TEMA 10. PLANO DE AÇÃO PARA SERVIÇOS GRÁFICOS**AÇÃO 7. SUBSTITUIÇÃO DE TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Leilões de máquinas obsoletas; Adequação do parque gráfico; Transferência de parte da produção em preto e branco para a tecnologia digital.	
OBJETIVOS	Agilizar o processo de impressão, permitindo atuação sob demanda; Diminuir o consumo de insumos gráficos .	
UNIDADES ENVOLVIDAS	SEGRAF	
UNIDADE RESPONSÁVEL	SEGRAF	
META A SER ALCANÇADA	a) 60% b) 70% c) 80%	
PRAZO	a) 12 meses b) 24 meses c) 36 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
10.7.1 Percentual de impressões PB realizadas digitalmente	$PPBD = TPBD / TIPB$ PPBD = percentual de impressões PB realizadas digitalmente TPBD = total de impressões PB realizadas digitalmente TIPB = total de impressões PB	Mensal e Anual Relatório do EGRAF

TEMA 11 – PLANO DE AÇÃO PARA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

TEMA 11. PLANO DE AÇÃO PARA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

AÇÃO

1. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS EM CONFORMIDADE COM OS PADRÕES TECNOLÓGICOS SUSTENTÁVEIS

2. ESPECIFICAÇÃO DE NOVO DATACENTER REMOTO EM CONFORMIDADE COM PADRÕES SUSTENTÁVEIS

TEMA 11. PLANO DE AÇÃO PARA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**AÇÃO 1. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS EM CONFORMIDADE COM OS PADRÕES TECNOLÓGICOS SUSTENTÁVEIS**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Aquisição (compras, comodatos e aluguel), no que couber, de equipamentos ativos de rede, desktops, notebooks, servidores, <i>routers, switches</i> , impressoras, etc, com certificação de conformidade sustentável de acordo com os padrões EPA (<i>Environmental Protection Agency</i>) ou similares tais como EnergyStar, RoHS (<i>Restriction on Hazardous Substances</i>), WEEE (<i>Waste Electrical and Electronic Equipment</i>)	
OBJETIVOS	Promover a economia de energia; Minimizar a dissipação de calor; Reduzir o uso de substâncias perigosas.	
UNIDADES ENVOLVIDAS	PRDSTI	
UNIDADE RESPONSÁVEL	PRDSTI	
META A SER ALCANÇADA	95%	
PRAZO	Imediato	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
11.1.1 Percentual de novos contratos com exigência de certificação de conformidade sustentável	$PCS = TCS/TC \times 100$ PCS = percentual de contratos firmados após a aprovação do PGLS, com exigência de certificação de conformidade sustentável TCS = total de contratos firmados após a aprovação do PGLS, com certificação de conformidade sustentável TC = total de contratos firmados após a aprovação do PGLS	Semestral

TEMA 11. PLANO DE AÇÃO PARA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**AÇÃO 2. ESPECIFICAÇÃO DE NOVO DATACENTER REMOTO EM CONFORMIDADE COM PADRÕES SUSTENTÁVEIS**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES	Elaboração de especificações técnicas com padrões de sustentabilidade para novo Datacenter	
OBJETIVOS	Economizar energia; Minimizar a dissipação de calor; Economizar recursos públicos.	
UNIDADES ENVOLVIDAS	SINFRA PRDSTI	
UNIDADE RESPONSÁVEL	SINFRA PRDSTI	
META A SER ALCANÇADA	100% das especificações definidas	
PRAZO	12 meses	
INDICADORES		
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
11.2.1. Termo de referência elaborado contendo os padrões de sustentabilidade em edificações	-	Única

6. AÇÕES DE DIVULGAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO

AÇÕES DE DIVULGAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO			
AÇÕES	UNIDADES ENVOLVIDAS	UNIDADE RESPONSÁVEL (Executante)	PRAZO
ASSOCIAÇÃO DA IDENTIDADE VISUAL DO PGLS ÀS AÇÕES PREVISTAS	NCAS, SECOM	NCAS	Imediato
DIVULGAÇÃO NA INTRANET DOS PLANOS DE AÇÃO DO PGLS	NCAS, SECOM	NCAS	Imediato
TROCA DE INFORMAÇÕES (BENCHMARKING) COM OS DEMAIS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOBRE INICIATIVAS SUSTENTÁVEIS	DGER, NCAS	NCAS	1º SEMESTRE/2016
REALIZAÇÃO DE OFICINA SOBRE CONCEITOS E AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL	NCAS, ILB	ILB	2º SEMESTRE/2015
REALIZAÇÃO DE CAMPANHA EDUCATIVA PARA PROMOVER O USO CORRETO DE IMPRESSORAS E ECONOMIA DE PAPEL	NCAS, SECOM	NCAS	2º SEMESTRE/2015
REALIZAÇÃO DE CAMPANHAS DE SENSIBILIZAÇÃO DOS COLABORADORES PARA EVITAR O DESPERDÍCIO E INCENTIVAR A UTILIZAÇÃO DE COPOS OU CANECAS CONFECCIONADAS EM MATERIAIS DURÁVEIS	NCAS, SECOM	NCAS	2º SEMESTRE/2015
CAPACITAÇÃO COMPLEMENTAR PARA AS PESSOAS QUE TRABALHAM EM ATIVIDADES DE COPEIRAGEM E LIMPEZA	NCAS, ILB	NCAS	2º SEMESTRE/2015
REALIZAÇÃO DE CAMPANHA DE MOBILIDADE PARA INCENTIVAR O USO DE TRANSPORTES COLETIVOS, CARONA SOLIDÁRIA E BICICLETA	NCAS, SECOM	NCAS	2º SEMESTRE/2015

PROGRAMA DE FORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO PARA O TEMA RESÍDUOS SÓLIDOS	NCAS, SECOM	NCAS	2ºSEMESTRE/2015
CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA E ENERGIA	NCAS, SECOM	NCAS	2ºSEMESTRE/2015

ANEXO 1

ATO DA DIRETORIA-GERAL nº 24, de 2014

Estabelece diretrizes para elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável do Senado Federal.

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições regimentais e regulamentares;

Considerando o disposto no art. 225 da Constituição Federal, que inclui o Poder Público entre os responsáveis pela defesa e preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações;

Considerando o disposto no art. 170 da Constituição Federal, que determina que a ordem econômica deve observar o princípio da defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

Considerando o disposto no art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que cuida das normas para licitações e contratos da Administração Pública e que estabelece que a licitação destina-se, entre outros objetivos, à promoção do desenvolvimento nacional sustentável;

Considerando o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal;

Considerando o disposto na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em especial seu art. 7º, XI, que estabelece como objetivo da Política a prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;

Considerando a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança de Clima, com diretrizes ao estímulo e apoio à manutenção e promoções de padrões sustentáveis de produção e consumo, tendo como um de seus instrumentos, previsto no art. 6º, XII da Lei, a adoção de critérios de preferência nas licitações e concorrências públicas para as propostas que propiciem maior economia de energia, água e outros recursos naturais e a redução da emissão de gases de efeito estufa e de resíduos;

Considerando as recomendações do Tribunal de Contas da União, dispostas no Acórdão nº 1752/2011, que trata das medidas de eficiência e sustentabilidade, por meio do uso racional de energia, água e papel, adotadas pela Administração Pública;

Considerando a efetiva influência do Poder Público na atividade econômica nacional, especialmente através das compras necessárias para o bom desenvolvimento de suas atividades e efetiva prestação de serviços ao público em geral e a necessidade de ações

planejadas e continuadas ligadas à mobilização e sensibilização para questões socioambientais no âmbito do Poder Legislativo, e;

Considerando a Política de Responsabilidade Socioambiental do Senado Federal, instituída pelo Ato da Comissão Diretora nº 4, de 2013.

RESOLVE:

Capítulo I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam instituídas as diretrizes para elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável do Senado Federal - PGLS.

Art. 2º Para os fins deste Ato considera-se:

I - logística sustentável: processo de coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, que considera a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado;

II - critérios de sustentabilidade: parâmetros utilizados para avaliação e comparação de bens, materiais ou serviços em função do seu impacto ambiental, social e econômico;

III - práticas de sustentabilidade: ações que tenham como objetivo a construção de um novo modelo de cultura institucional visando à inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades do Senado Federal;

IV - práticas de racionalização: ações que tenham como objetivo a melhoria da qualidade do gasto público e contínua primazia na gestão dos processos;

V - coleta seletiva: coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição, e;

VI - material de consumo: todo material que, em razão de sua utilização, perde normalmente sua identidade física ou tem sua utilização limitada a dois anos.

Capítulo II

DO PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DO SENADO FEDERAL

Seção I

Aspectos Gerais

Art. 3º O PGLS é uma ferramenta de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permite o estabelecimento de práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos no Senado Federal.

Art. 4º Deverá ser constituída, no prazo de quinze dias contados da publicação deste Ato, a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do Senado Federal, com a seguinte composição:

I - Dois representantes do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais;

II - Um representante da Secretaria de Patrimônio;

III - Um representante da Secretaria de Infraestrutura;

IV - Um representante do Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica;

V - Um representante da Secretaria de Tecnologia da Informação - PRODASEN;

VI - Um representante da Secretaria-Geral da Mesa;

VII - Outros representantes que o Diretor-Geral entender necessários.

§1º A Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável terá a atribuição de elaborar, monitorar, avaliar e revisar o PGLS.

§2º A Presidência e a Vice-Presidência da Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável serão exercidas pelos representantes do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais.

§3º Os membros da Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável do Senado Federal serão designados por Portaria do Diretor-Geral.

Art. 5º O PGLS será aprovado pelo Diretor-Geral e publicado no Boletim Administrativo e no portal de Transparência e Controle Social do Senado Federal.

Art. 6º Após a publicação do PGLS as áreas do Senado Federal envolvidas estarão vinculadas às ações, metas e prazos constantes do Plano, de acordo com suas atribuições.

Seção II

Do Conteúdo

Art. 7º O PGLS deverá conter, no mínimo:

I - atualização do inventário de bens e materiais e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;

II - práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;

III - responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano, e;

IV - ações de informação, divulgação, conscientização e capacitação.

Parágrafo único. O inventário de materiais deverá ser composto pela lista dos materiais de consumo para uso nas atividades administrativas, previstos no Plano Anual de Contratações do Senado Federal.

Art. 8º As práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços abrangem, no mínimo, os seguintes temas:

I - material de consumo compreendendo, pelo menos, papel e copos descartáveis;

II - serviços de impressão;

III - energia elétrica;

IV - água e esgoto;

V - coleta seletiva;

VI - qualidade de vida no ambiente de trabalho;

VII - compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, limpeza, de tecnologia da informação e de manutenção predial, e;

VIII - deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes.

Art. 9º O PGLS deverá ser formalizado em processo e, para cada tema citado no art. 8º, deverão ser criados, salvo justificativa acatada pelo Diretor-Geral, Planos de Ação com os seguintes tópicos:

I - objetivo do Plano de Ação;

II - detalhamento da implementação das ações;

III - unidades e áreas envolvidas na implementação de cada ação e respectivos responsáveis;

IV - metas a serem alcançadas para cada ação, com seus respectivos indicadores;

V - cronograma de implantação das ações, e;

VI - pedido de previsão de recursos financeiros, humanos, instrumentais, entre outros, necessários para a implementação das ações.

Parágrafo único. Para os temas listados no art. 8º, os resultados alcançados serão avaliados periodicamente pela comissão gestora, utilizando os indicadores de cada plano de ação, com suas respectivas fórmulas de cálculo, fontes de dados, metodologias de apuração e periodicidade de apuração.

Art. 10. As iniciativas de capacitação afetas ao tema sustentabilidade poderão ser incluídas nos Planos de Capacitação do Senado Federal.

Art. 11. Deverão ser observadas na elaboração do PGLS as iniciativas de sustentabilidade que já tenham sido adotadas pelo Senado Federal, salvo mediante justificativa de impossibilidade, acatada pelo Diretor-Geral.

Capítulo III

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 12. O prazo para a publicação do PGLS é de cento e oitenta dias, podendo ser prorrogado mediante justificativa pelo mesmo período, contados a partir da publicação deste Ato.

Art. 13. Os resultados alcançados a partir da implantação das ações definidas no PGLS deverão ser publicados semestralmente ou anualmente no portal de Transparência e Controle Social do Senado Federal, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos.

Art. 14. Ao final de cada ano deverá ser elaborado relatório de acompanhamento do PGLS, contendo:

I - consolidação dos resultados alcançados, e;

II - identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente.

Art. 15. Casos omissos serão decididos pelo Diretor-Geral.

Art. 16. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 7 de novembro de 2014. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, Diretor-Geral.

ANEXO 2 - RELATÓRIO DE BENS E MATERIAIS - INVENTÁRIO 2015

INVENTÁRIO RESUMIDO DOS BENS PERMANENTES

A codificação atualmente utilizada no Senado Federal para classificação dos bens permanentes é resultado da convergência de três diferentes sistemáticas, que coexistiam até 2010 – uma utilizada pela então Secretaria Especial de Editoração e Publicações, outra pela Secretaria Especial de Informática e pelo Senado Federal. O resultado dessa conversão não foi satisfatório e há um projeto prioritário na Secretaria de Patrimônio que visa à revisão da atual classificação e possível adoção do Sistema FSC.

O FSC (Federal Supply Classification), criado pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos e estabelecido em 1949, implica na adoção de um método uniforme de codificação, identificação e catalogação de suprimentos e possibilita que um item seja encontrado e monitorado facilmente. Sua estrutura é simples e flexível, permitindo que sejam realizadas as adaptações necessárias à realidade organizacional.

Abaixo seguem a tabela que foi construída com a situação patrimonial do Senado Federal em 19 de janeiro de 2015 e contempla os Subgrupos existentes no Grupo 4 (Material permanente) e suas respectivas quantidades e uma segunda tabela que contém os saldos existentes em contas do SIAFI referentes a bens permanentes em 31 de dezembro de 2014.

TABELA 1: QUANTIDADE DE BENS POR SUBGRUPO

SUB-GRUPO	DESCRIÇÃO	QTD.
71	Mobiliário	42.350
58	Equipamentos de comunicação, detecção e radiação coerente	15.248
81	Equipamentos de informática	11.104
89	Mobiliário padrão para escritório	3.238
70	Equipamentos de processamento de dados, programas, suprimentos e equipamentos de suporte	2.674
40	Equipamentos para refrigeração, circulação e condicionamento de ar	2.012
99	Obras de arte	1.529
60	Condutores elétricos e equipamentos de força e distribuição de energia elétrica	1.461
67	Equipamentos fotográficos	1.247
21	Equipamentos e aparelhos de comunicação e intercomunicação	1.113
38	Equipamentos para preparar e servir alimentos	907
78	Instrumentos musicais e equipamentos de som de uso doméstico	432
83	Artigos para solenidades	411
33	Equipamentos e aparelhos de sonorização e imagem e fotografia	399

29	Equipamentos e utensílios de uso doméstico	378
74	Máquinas para escritório e arquivos visuais	345
59	Componentes de equipamentos elétricos e eletrônicos	344
39	Equipamentos para manuseio de material	316
66	Instrumentos e equipamentos de medição e de laboratório	273
64	Equipamentos e artigos para uso médico e dentário	267
25	Equipamentos e aparelhos de refrigeração e calefação	237
62	Aparelhos de iluminação	230
76	Utensílios de escritório	200
65	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	173
61	Máquinas e equipamentos de indústria gráfica	143
63	Sistemas de alarme, sinalização e detecção para segurança	126
46	Equipamentos para purificação de água e tratamento de esgotos	120
85	Equipamentos de geração e transformação de energia	109
73	Máquinas para escritório	98
51	Ferramentas manuais	94
34	Equipamentos para vídeos	83
31	Maquinaria para trabalhar metal	80
98	Equipamentos para recreação e desporto	74
36	Máquinas para indústrias especializadas	71
35	Equipamentos para serviços	68
54	Estrutura e andaimes pré-fabricados	65
45	Equipamentos e instrumentos para movimentar materiais	58
50	Equipamentos para oficinas de manutenção e reparos	53
41	Equipamentos e utensílios para conservação de áreas externas e limpeza,	50
1	Artigos de decoração e ornamentação	47
42	Equipamentos para combate a incêndio, resgate e segurança	45
80	Recipientes e materiais para acondicionamento e embalagem	41
90	Mobiliário padrão para residência	39
53	Instrumentos médico-hospitalares e afins	38
5	Obras de arte e peças para museu	35
37	Equipamentos e instrumentos de prevenção de incêndio, proteção e	34
43	Bombas e compressores.	34
32	Máquinas e equipamentos p/trabalhar em madeira	33
49	Equipamentos e instrumentos de medição e pesagem	33
79	Equipamentos e utensílios para limpeza e conservação	28
52	Instrumentos de medição	27
23	Veículos	26
69	Instrumentos de desenho e engenharia	24
97	Ferragens e abrasivos	16
72	Utensílios e utilidades de uso doméstico e comercial.	8
7	Subgrupo não definido	7
93	Veículo e equipamentos para veículos	7
57	Equipamentos e instrumentos para laboratório de análise bibliográfica	6

77	Equipamento e utensílios para reprografia	6
13	Discotecas e filmotecas	5
26	Pneus e câmaras	4
75	Material para escritório	2
87	Equipamentos e instrumentos para laboratório de análise bibliográfica	1

Posição SPALM 19.1.2015

TABELA 2: SALDO EM CONTAS SIAFI

CONTAS	GRUPOS DE BENS	SALDO TOTAL (R\$)
1.4.2.1.2.00.00	Bens moveis	239.138.335,58
1.4.2.1.2.04.00	Aparelhos de medição e orientação	654.350,40
1.4.2.1.2.06.00	Aparelhos e equipamentos de comunicação	19.332.544,95
1.4.2.1.2.08.00	Aparelhos, equipamentos e utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	1.936.074,48
1.4.2.1.2.10.00	Aparelhos e equipamentos para esportes e diversões	358.888,07
1.4.2.1.2.12.00	Aparelhos e utensílios domésticos	5.505.469,92
1.4.2.1.2.14.00	Armamentos	122.263,75
1.4.2.1.2.18.00	Coleções e materiais bibliográficos	381.139,54
1.4.2.1.2.19.00	Discotecas e filmotecas	15.988,17
1.4.2.1.2.22.00	Equipamentos de manobras e patrulhamento	26.100,00
1.4.2.1.2.24.00	Equipamento de proteção, segurança e socorro	10.733.808,67
1.4.2.1.2.26.00	Instrumentos musicais e artísticos	7.980,00
1.4.2.1.2.28.00	Máquinas e equipamentos de natureza	20.997,40
1.4.2.1.2.30.00	Máquinas e equipamentos energéticos	5.362.065,14
1.4.2.1.2.32.00	Máquinas e equipamentos gráficos	11.977.691,33
1.4.2.1.2.33.00	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	68.701.213,97
1.4.2.1.2.34.00	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	8.156.017,71
1.4.2.1.2.35.00	Equipamentos de processamentos de dados	57.816.857,13
1.4.2.1.2.36.00	Máquinas, instalações e utensílios de escritório	1.042.667,87
1.4.2.1.2.38.00	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	1.291.971,69
1.4.2.1.2.39.00	Equipamentos hidráulicos e elétricos	9.644.117,93
1.4.2.1.2.40.00	Máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários	21.100,05
1.4.2.1.2.42.00	Mobiliário em geral	16.728.948,29
1.4.2.1.2.44.00	Obras de arte e peças para exposição	1.201.609,80
1.4.2.1.2.48.00	Veículos diversos	451.912,34
1.4.2.1.2.51.00	Peças não incorporáveis a imóveis	6.472.493,93
1.4.2.1.2.52.00	Veículos de tração mecânica	1.319.696,98
1.4.2.1.2.57.00	Acessórios para automóveis	18.087,50
1.4.2.1.2.87.00	Material de uso duradouro	9.333.595,10
1.4.2.1.2.92.00	Bens móveis em almoxarifado	494.772,49
1.4.2.1.2.92.01	Estoque interno	494.772,49
1.4.2.1.2.95.00	Importações em andamento - bens móveis	7.910,98
1.4.2.7.0.00.00	Depreciações e amortizações de bens imóveis	107.697,77
1.4.2.9.0.00.00	Depreciações, amortizações e exaustões	46.236.227,27
1.4.4.0.0.00.00	Intangível	11.236.365,75
1.4.4.1.0.00.00	Softwares	11.244.355,75
1.4.4.9.0.00.00	Amortizações	7.990,00

Posição SIAFI 31.12.2014

TIPO DE ALMOXARIFADO E DESCRIÇÃO DOS BENS	QTD. TOTAL	VALOR UNITÁRIO MÉDIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	POSSÍVEIS MEDIDAS DE SUSTENTABILIDADE	CATMAT SUSTENTÁVEL (não implicam no uso das medidas descritas ao lado)
Central	321.467	5.819,97	757.045,02		
Álcool em gel (refil)	590	7,85	4.631,50		
Apontador de lápis portátil metálico	1.400	0,48	672,00		
Bandeira do município de Maceió	1	109,00	109,00		
Bandeja inox 30cm	80	22,50	1.800,00		
Bloco 1/2 ofício pautado	300	0,01	3,00	Papel confeccionado com madeira de origem legal (que não utilize cloro elementar no branqueamento ou reciclado)	390280
Bloco para recado timbrado SF 10,5x15	400	0,01	4,00	Meios de comprovação de origem da madeira descritos no tópico "MOBILIÁRIO"	377909
Borracha branca para lápis	4.200	0,44	1.848,00	Livre de PVC	428584
Bule em aço (1,2 litros)	70	78,14	5.470,00		
Caixa para arquivo em papelão (cor parda)	12.000	2,30	27.600,00	Uso de papelão reciclado	416338
Caneta esferográfica azul	16.300	0,36	5.868,00	Corpo produzido com papelão	399920
Caneta esferográfica preta	13.700	0,36	4.932,00		
Caneta esferográfica vermelha	8.500	0,36	3.060,00		
Caneta para salientar amarela	4.900	0,49	2.401,00	Corpo produzido em material reciclado	413171
Caneta para salientar verde	1.200	0,49	588,00		
Capa plástica para encadernação	6.000	0,23	1.380,00	Plástico de PVC reciclado ou PET 100%	
Carimbo automático diversos	10	1.717,15	17.171,49		
Clips de metal (médio)	2.600	0,96	2.496,00		
Coador para café	2.190	0,01	21,90		
Cola em bastão	1.100	2,15	2.365,00	Uso de substâncias atóxicas	364247
Coletor para borra de café - 240l	1	260,00	260,00		
Coletor para pilhas e baterias	2	100,00	200,00		
Colher de café inox	444	1,79	794,76		
Colher de madeira	230	5,21	1.198,30		

Colher de sopa	192	4,94	948,48		
Contracapa plástica para encadernação	6.100	0,16	976,00	Plástico de PVC ou PET reciclado	
Copo de vidro para água (cap. aprox. de	5.680	2,20	12.496,00		
Copo descartável para água (200ml)	46.500	1,94	90.210,00	Uso de material atóxico e biodegradável (papel, amido de milho ou bagaço de cana)	409680
Cordão para crachá	5.000	1,28	6.400,00		
Detergente líquido 500ml	12.100	0,70	8.470,00	Uso de tensoativo biodegradável	226694
Detergente multiuso (tipo Veja)	2.800	1,17	3.276,00		
Espiral azul 09mm	1.000	0,08	80,00	Uso de PVC 100% reciclado	425310
Espiral para encadernação transparente	2.000	0,16	320,00		
Esponja dupla face	7.700	0,33	2.541,00		
Faca de mesa em inox	564	3,72	2.098,08		
Fita adesiva empacotamento 50x50	1.500	2,35	3.525,00		
Fita adesiva transparente 25x50	1.500	1,06	1.590,00		
Fita de detecção	40	310,00	12.400,00		
Flanela branca	2.300	0,99	2.277,00		
Flanela branca (metro)	660	3,68	2.428,80		
Garfo de mesa em inox	360	4,25	1.530,00		
Garrafa térmica (1 litro)	830	12,45	10.337,60	Uso de PET reciclado	
Grampeador de mesa	200	33,80	6.760,00		
Guardanapo descartável (50 unidades)	13.000	0,79	10.270,00		
Lápis preto nr-2	6.800	0,14	952,00	Uso de madeira de manejo florestal responsável ou reflorestamento	428532
Lixeira basculante com pedal - lixo molhado -	150	68,64	10.296,00		
Lixeira metálica branca - lixo molhado - 25l	30	120,00	3.600,00		
Lixeira metálica branca - lixo molhado - 55l	10	206,00	2.060,00		
Lixeira metálica preta - lixo seco - 25l	10	109,00	1.090,00		
Lixeira metálica preta - lixo-seco - 55l	10	180,00	1.800,00		
Lixeira para borra de café - 3,5l	10	9,98	99,80		
Lixeira plástica branca com tampa - lixo	10	65,00	650,00	Uso de polietileno reciclado	423643
Lixeira plástica preta com tampa - lixo seco -	5	60,00	300,00		

Peças de manutenção	1	2.029,70	2.029,70		
Pano de copa	600	3,77	2.262,00		225710
Papel contact	5.500	1,00	5.519,80		
Papel para empacotamento 76x112	6.900	0,53	3.657,00		
Papel para reprografia ofício-a4	33.000	8,75	288.750,00	Papel confeccionado com madeira de origem legal (que não utilize cloro elementar no branqueamento ou reciclado)	355685
Pasta arquivo tipo a-z ofício lombo largo	1.500	4,53	6.795,00	Uso de papelão reciclado confeccionado com madeira de origem legal	346131
Pasta a-z ofício lombo estreito	3.400	4,60	15.640,00		
Pasta de cartolina com elástico na aba	1.100	1,36	1.496,00	Uso de celulose reciclada	
Pasta em L cristal	2.400	0,37	888,00		
Pasta em PVC com presilha	1.100	1,45	1.595,00		
Pincel atômico azul	200	0,70	140,00		
Pincel atômico preto	400	0,70	280,00		
Pincel hidrocor para quadro branco (cor azul)	300	0,96	288,00		
Pincel hidrocor para quadro branco (cor preta)	300	0,96	288,00		
Pincel hidrocor para quadro branco (cor vermelha)	200	0,96	192,00		
Porta copo em inox	90	5,55	499,50		
Porta crachá vertical	1.000	0,60	600,00		
Protetor plástico para crachá	5.000	0,32	1.600,00		
Ribbon	149	222,79	33.196,03		
Sabão de côco	5.500	0,65	3.575,00	Uso de tensoativo biodegradável	241704
Selo de segurança	50.400	0,92	46.488,00		
Separador para pasta a-z	3.000	0,01	30,00		
Suporte pequeno para fita adesiva	100	4,39	439,00		
Xícara para café	<u>6.048</u>	<u>9,28</u>	<u>56.141,28</u>		
Alimentos	88.597	2.806,81	445.900,87		

Açúcar cristal 1kg (pct com 5kg)	4.000	1,46	5.840,00		
Açúcar refinado 1kg	29.000	1,49	43.220,00		
Adoçante artificial 100ml	2.600	6,77	17.602,00		
Água mineral garrafão 20l	49.952	5,23	261.201,92		
Alimentício Residência Oficial	38	1.967,09	74.749,25		
Material de limpeza e higienização	7	812,24	5.685,70		
Vasilhame para água potável de mesa – 20l	3.000	12,53	37.602,00		
Produtos Gráficos	7.934.535	182.598,12	4.251.171,40		
Engenharia	15.942	92.319,56	985.161,35		
COELET	5.497	45.334,52	261.331,30		
Serviço Médico	4.211	5.878,14	43.402,41		
Informática	643	3.028,96	127.785,40		
Transporte	150.027	6.144,88	431.839,96		

MEDIDAS DE SUSTENTABILIDADE PARA BENS PERMANENTES

Mobiliário

Atualmente o Senado Federal pratica as seguintes medidas de sustentabilidade referentes aos bens permanentes:

- Aquisições de mobiliário funcional e residencial com exigência de:

- a) Documento de Origem Florestal (DOF), originário de uma autorização de exploração de madeira procedente de plano de manejo florestal sustentável ou autorização de exploração para uso alternativo do solo (autorização de desmate), emitida pelo órgão ou entidade ambiental competente. Esse documento comprova a origem legal da matéria prima (madeira).

- b) Comprovação dos padrões exigíveis para certificações, a fim de adquirir produtos duráveis e reparáveis, gerando assim frequência menor de compras e menor quantidade de resíduos. Entre as certificações, temos:
 - NBR 13.579: resiliência, suporte de carga, tensão de ruptura, fadiga dinâmica e deformação permanente;
 - Certificado de Marca de Conformidade ABNT;
 - Certificado de Conformidade de Produto.

- Contrato de manutenção dos mobiliários, ensejando uso prolongado antes do descarte.

- Uso predominante de MDF, que possui consistência e características mecânicas semelhantes à madeira maciça. A vantagem em relação à madeira maciça está no processamento da madeira e reorganização das suas formas físicas, o que confere maior aproveitamento da matéria prima por facilitar a moldagem da placa à aplicação pretendida. Assim, é possível inclusive aproveitar resíduos da indústria de madeira, semelhantemente ao processo de fabricação de nuggets. O MDF é também fisicamente mais resistente que aglomerados comuns, contribuindo para maior durabilidade.

O que deve ser melhorado:

- a) Todo o mobiliário deve estar em conformidade com as normas técnicas da ABNT, comprovada pela apresentação de relatório de ensaio emitido por laboratório detentor de Certificado de Acreditação concedido pelo Inmetro, com escopo de acreditação específico para ensaios mecânicos com base nas normas requeridas. O Relatório de Ensaio deve vir acompanhado de documentação gráfica (desenho ou fotos) e memorial

descritivo com informação necessária e suficiente para perfeita identificação do modelo ou da linha contendo o modelo do produto. Os produtos “Cadeira e Assentos Múltiplos” disponíveis no mercado brasileiro devem atender os requisitos para obter a licença para uso da Marca ABNT de Qualidade Ambiental (Rótulo Ecológico ABNT).

- b) O mobiliário fabricado com madeira ou seus derivados deve observar os critérios da rastreabilidade e da origem dos insumos de madeira a partir de fontes de manejo sustentável em conformidade com a norma ABNT NBR 14790:2011, utilizada pelo CERFLOR, ou com o padrão FSC-SDT-40-004 V2-1. A comprovação da conformidade deve ser feita por meio do Certificado de Cadeia de Custódia e/ou Selo de Cadeia de Custódia do CERFLOR ou do FSC. Além disso, deveriam ser realizados estudos de viabilidade no requerimento dos seguintes certificados:
- FSC (Forest Stewardship): gestão florestal ambientalmente apropriada;
 - ISO 14001: política de conservação em todas as etapas de produção;
 - CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal): Certificação Florestal.
- c) NBR
- I. Para armários e gaveteiros a NBR 13961:2010;
 - II. Para mesas e estações de trabalho (mesas autoportantes conjugadas com divisórias), a NBR 13966:2008.
 - III. Cadeiras e poltronas, exceto longarinas e poltronas de auditório, devem estar em conformidade com a NBR 13962:2006. A espuma, quando existente, deve ser isenta de CFC e atender a NBR 9178:2003.
- d) O mobiliário dos postos de trabalho deve atender aos requisitos da norma regulamentadora NR-17 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A comprovação de atendimento deve ser feita por meio da apresentação, para linha e modelo, de laudo de ergonomia emitido por engenheiro de segurança do trabalho ou profissional com especialização em ergonomia devidamente habilitado para tal finalidade.

Máquinas e Aparelhos Consumidores de Energia

O que é feito de sustentável atualmente:

- a) Exigência de certificação do INMETRO.
- b) Determinação de nível de segurança e ruído.

O que pode ser melhorado:

- a) Devem ser adquiridos produtos que apresentem menor consumo e maior eficiência energética dentro de cada categoria. O selo Procel de economia de energia, que foi instituído por Decreto Presidencial em 8 de dezembro de 1993, é um produto desenvolvido e concedido pelo Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia – MME. O Selo Procel tem por objetivo orientar o consumidor no ato da compra, indicando os produtos que apresentam os melhores níveis de eficiência energética dentro de cada categoria, proporcionando assim economia na sua conta de energia elétrica. Também estimula a fabricação e a comercialização de produtos mais eficientes, contribuindo para o desenvolvimento tecnológico e a conservação do meio ambiente. Para ser contemplado com o Selo Procel, o produto deve ser submetido a ensaios específicos em laboratório idôneo, indicado pelo Procel. Os parâmetros a serem avaliados para cada equipamento constam nos Critérios Específicos para Concessão do Selo Procel.
- b) Devem ser adquiridos refrigeradores, condicionadores de ar, forno microondas, ventiladores, televisores, lâmpadas e demais produtos que sejam aprovados no Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) do INMETRO. A comprovação da conformidade com esses critérios se dá pela Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), aposta ao produto e/ou em sua embalagem (<http://www.inmetro.gov.br/consumidor/tabelas.asp>).
- c) Deve-se optar pela aquisição de produtos que possuam a ENCE da classe de maior eficiência, representada pela letra “A”, sempre que haja um número suficiente de produtos e fabricantes nessa classe.
- d) Nas aquisições de refrigeradores, condicionadores de ar e demais equipamentos de refrigeração, devem ser adquiridos produtos que utilizem gases refrigerantes inofensivos à camada de ozônio.
- e) Em caso de aparelhos eletrodomésticos que gerem ruído, devem ser adquiridos produtos que apresentem nível de potência sonora menor ou igual a 88 dB(A), a ser comprovado pelo selo ruído apostado ao produto e/ou à sua embalagem, conforme Portaria Inmetro nº 430/2012, alterada pela Portaria Inmetro nº 388/2013. A resolução CONAMA nº 20/1994 dispõe sobre a instituição do selo ruído, de uso obrigatório para aparelhos eletrodomésticos que geram ruído no seu funcionamento.
- f) Eletrodomésticos, equipamentos de informática e telecomunicações e demais produtos eletroeletrônicos não devem conter certas substâncias nocivas ao meio ambiente como

mercúrio, chumbo, cromo hexavalente, cádmio, bifenil-polibromados e éteres difenilpolibromados, em concentração acima da recomendada pela Diretiva 2002/95/EC do Parlamento Europeu também conhecida como diretiva RoHS27 (*Restriction of Certain Hazardous Substances*). O atendimento a essa diretriz deve ser comprovado por meio de certificado ou por declaração do fabricante.

- g) Desfazimento, por meio de doação, observado o interesse público, de bens antieconômicos, para atender um novo fim de interesse público e social.
- h) Exigência nas aquisições e contratações de serviços, da aplicação do mecanismo de logística reversa. A logística reversa é uma operação destinada a coletar e devolver os resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento na produção de novos artefatos ou em outros ciclos produtivos. A Lei que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos define que a responsabilidade pela estruturação e implementação dos sistemas de logística reversa é dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos. O governo estimula a negociação de acordos setoriais entre os diversos agentes econômicos para acelerar a implantação de sistemas eficientes de logística reversa em todo o território nacional.

A logística reversa já é obrigatória e deve ser implantada para os seguintes produtos:

- eletroeletrônicos e seus componentes – integram esta categoria os equipamentos acionados por controle eletrônico ou elétrico, o que abrange todos os dispositivos de informática, som, vídeo, telefonia, brinquedos, e os equipamentos da linha branca, como geladeiras, lavadoras e fogões, além de outros eletrodomésticos como ferros de passar, secadores, ventiladores, exaustores, etc.
- pilhas e baterias – desde os dispositivos de muito pequeno porte, como as usadas em celulares e relógios, até as baterias de automóveis e caminhões;
- pneus – desde aqueles usados em bicicletas para crianças até os de tratores (Resolução 416/2009 do Conselho Nacional do Meio Ambiente estabelece condições obrigatórias de gestão do descarte para as peças acima de dois quilos);
- lâmpadas fluorescentes, vapor de sódio, de mercúrio e de luz mista;
- óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;
- agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso.

Cultive bons hábitos. Sustente essa ideia.

O plano prevê a racionalização no uso de materiais, água, energia e recursos para evitar o desperdício. Adote atitudes sustentáveis: o que fazemos aqui dentro melhora o mundo lá fora.

Saiba mais em www.senado.leg.br/senadoverde



SENADO FEDERAL

